

Programa do Curso de Humanidades

Instituto de Humanidades
2004

Sumário

I.PROGRAMA DAS DISCIPLINAS QUE INTEGRAM O CURSO DE HUMANIDADES

Introdução: modelos e idéia geral do Curso

Programa das disciplinas

1. A Cultura Ocidental.....
2. Política
3. Moral
4. Religião
5. Filosofia
6. Ciências

II.AS OBRAS LITERÁRIAS NO CANON OCIDENTAL

- 1.Critérios para estruturação do Cânon.....
2. A literatura no primeiro ciclo da cultura ocidental.....
- 3.O impacto das obras clássicas: o Renascimento.....
4. Os séculos XVII e XVIII.....
- 5.O romantismo e a questão das correntes literárias.....
6. O problema da admissão no Cânon de representantes de outras culturas
- 7.As literaturas portuguesa e brasileira.....
8. A literatura contemporânea

III. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ARTES

IV.O CINEMA A SERVIÇO DA CULTURA

V PROCEDIMENTOS PARA O ESTUDO

INDIVIDUAL E DE GRUPO	43
1. Modalidade de estudo	43
2. Programa de leituras e relação dos temas para resumo e debate	47
Primeiro Módulo	47
Segundo Módulo	48
Terceiro Módulo	49
Quarto Módulo	50
Quinto Módulo	51
Sexto Módulo	52
Sétimo Módulo	52
Oitavo Módulo	53
Nono Módulo	54
Décimo Módulo	55
Décimo Primeiro Módulo	55
Décimo Segundo Módulo	56

Décimo Terceiro Módulo	57
Décimo Quarto Módulo	58
Décimo Quinto Módulo	58
Décimo Sexto Módulo	59
Décimo Sétimo Módulo	60
Décimo Oitavo Módulo	60
Décimo Nono Módulo	61
Vigésimo Módulo	62

VI- LEITURAS PROGRAMADAS PELO CURSO DE HUMANIDADES	63
---	----

ANEXO – O QUE SE DEVE ENTENDER POR FILOSOFIA
– INTRODUÇÃO AO CURSO DE HUMANIDADES

A filosofia como instrumento da elaboração conceitual.....	103
A elaboração do conceito de experiência como momento inicial da Filosofia Moderna.....	105
Outras dimensões da filosofia. O lugar especial da meditação sobre a cultura.....	108
Idéia sumária da Filosofia Moderna.....	112
A existência de filosofias nacionais.....	113
O espírito do Curso do Instituto de Humanidades.....	114

I – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS QUE INTEGRAM O CURSO DE HUMANIDADES

Introdução: modelos e idéia geral do curso

Para determinar o conteúdo do Curso de Humanidades partimos da experiência do St. John's College, americano, e da Open University, inglesa, adiante sumariamente descrita. Subseqüentemente, cuidamos de aprimorar o nosso próprio modelo.

Aparentemente, os dois cursos não seriam equiparáveis, porquanto o primeiro corresponde a curso regular, a ser ministrado em quatro anos, enquanto, no segundo caso, trata-se de ensino à distância. Contudo, ao tomá-los como inspiração, tivemos em vista a estrutura curricular.

O curso do St. John's College tem alguns troncos básicos: Ciências e Matemáticas; Filosofia, Religião e Moral; Artes; Língua e Literatura.

O modelo curricular em causa (que é o aspecto visado) singulariza-se por apoiar-se diretamente no conhecimento das obras clássicas e não em manuais ou compêndios. O método aplicado consiste na realização de seminários para comentário e debate de tais obras simultaneamente apoiados por trabalho de tutoria.

O programa organiza os seminários em torno de obras agrupadas por períodos ou tematicamente com duração equivalente a um semestre acadêmico.

Assim, há um seminário para as grandes obras da Grécia Clássica: Homero, Platão, Ésquilo, Sófocles, Aristóteles e Eurípedes, do mesmo modo que nos ciclos históricos no próprio interior da cultura ocidental.

O programa insere vários seminários orientados para determinados temas, a seguir explicitados:

Política: Plutarco (Vidas de Licurgo e Sólon); Platão (A República); Tomás de Aquino (Da Justiça); Maquiavel (O Príncipe); Locke (Segundo Tratado do Governo Civil); Rousseau (Origem da Desigualdade); Marx e Engels (A Ideologia Alemã) e Tocqueville (A Democracia na América).

Ciência: Platão (Timeu); Lucrécio (Sobre a Natureza); Aristóteles (Física II, III, IV, e VIII), Bacon (Novo Organon); Descartes (Discurso do Método e Princípios de Filosofia); Newton (Principia); Hume (Ensaio sobre o Entendimento Humano); Darwin (A Origem das Espécies) e Freud (Interpretação dos Sonhos).

Religião: Platão (Fédon); Aristóteles (Física I e II); A Bíblia (Gênesis, Êxodo, Livro de Jó, Epístola aos Romanos etc.); Santo Agostinho (Confissões); Lutero (A Liberdade Cristã); Aristóteles (Metafísica V e XII); e Pascal (Pensamentos).

A tutoria visa sobretudo ensinar a estudar e, ao mesmo tempo, a dominar a língua e os princípios do raciocínio. Apóia-se tanto em textos clássicos ingleses (Hume, Shakespeare, Hobbes, etc..) como naquelas obras de mais difícil entendimento (alguns diálogos de Platão; textos da Suma de S. Tomás, algumas das obras de Kant etc.).

O curso de humanidades da Open University, inglesa, denominado Arts Foundation Course -- embora de igual modo direcionado para as obras clássicas -- estrutura-se tematicamente a partir de um texto destinado a esclarecer em que consiste e o que objetiva o estudo das humanidades. Seguem-se introduções ao estudo das obras, agrupadas deste modo: 1) História; 2) Literatura; 3) Música; 4) Filosofia; 5) Artes; e 6) Religião. Os alunos que completam estes cursos introdutórios são aconselhados a seguir

aquele que se denomina. *As artes e a sociedade na Idade da Industrialização*, que abrange o período aproximadamente de 1810 a 1860, com o propósito de levar o estudante a ter presente o caráter integrado da cultura. Assim, partindo-se de que a industrialização nascente constitui um fenômeno catalisador daquele ciclo, após caracterizá-lo numa unidade introdutória denominada *conceitos-chave*, estuda-se o tipo de posicionamento que deu origem a tais conceitos, sempre com base em textos selecionados dos maiores pensadores ou escritores.

As diversas unidades subsequentes intitulam-se:

- Natureza, Trabalho e Arte;
- A Experiência da Industrialização;
- Jane Eyre;
- Trabalho, Moralidade e Natureza Humana;
- De Uetz ao Music Hall;
- Respostas do séc. XX à industrialização.

Este curso proporciona familiaridade com a reação romântica à industrialização, mediante o estudo da obra clássica da literatura inglesa que é Jane Eyre, de Charlotte Brontë (1816-1855) e de textos de Thomas Carlyle (1795-1889); com as idéias da filosofia mecanicista e com a obra dos grandes moralistas do período como Bentham (1748-1836) e John Stuart Mill (1806-1873). Tudo isto é, finalmente, confrontado com o posicionamento do séc. XX com o propósito de situar uma outra perspectiva, no entanto encarada igualmente em sua totalidade.

O estudo das obras tomadas de per si acha-se contido nos cursos específicos (Filosofia, Moral, Religião, etc...).

Louvando-se da experiência descrita, o Curso de Humanidades concebido pelo Instituto de Humanidades destina-se a proporcionar familiaridade com as obras clássicas da cultura ocidental, do mesmo modo que o St John's College ou a Open University. Ao mesmo tempo, a exemplo desta última, elaboramos uma introdução geral—intitulada A CULTURA OCIDENTAL --, onde caracterizamos a cultura ocidental, de modo a inserir as obras a serem estudadas no correspondente contexto histórico. Muitas das dificuldades encontradas no estudo dos textos, que vamos considerar, decorrem do fato de que não se tem presente as questões que preocupavam aqueles estudiosos em seu tempo.

A partir do pressuposto descrito, acha-se estruturado em torno destas disciplinas: POLÍTICA; MORAL; RELIGIÃO E FILOSOFIA. Em relação às obras científicas e literárias, além da seleção daquelas que seria imprescindível conhecer, foram elaborados roteiros aptos a facultar essa leitura.

A disciplina introdutória -- A CULTURA OCIDENTAL-- pretende facultar uma visão dos momentos fundamentais do processo constitutivo da cultura em que nos inserimos. Fornece-se detalhada caracterização dos dois ciclos civilizatórios fundamentais em que se subdivide – o feudal e o industrial. Ao fazê-lo, acrescenta-se informação resumida sobre autores e textos fundamentais em cada período. A intenção é a de que as disciplinas subsequentes possam corresponder ao aprofundamento dessa visão, a partir do estudo direto das obras e dos autores mais importantes.

Com o propósito de fixar os objetivos básicos do Curso de Humanidades e detalhá-lo subsequentemente, partiremos da conceituação de cultura geral que enfatiza os seguintes aspectos:

- I. Familiaridade com os valores de nossa civilização, assimilados criativamente de forma a poder avaliar com equilíbrio a experiência brasileira, enquadrando-a numa adequada perspectiva histórica;

- II. Capacidade de expressar-se de modo correto, mediante o conhecimento da língua portuguesa e das obras clássicas de sua literatura, bem como das regras da lógica formal;
- III. Conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas científicas;
- IV. Compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva em permanente enriquecimento que não se secciona em compartimentos estanques; cultivo de atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações e compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Na forma como foi antes caracterizado, o CURSO DE HUMANIDADES pode ser ministrado como Curso de Graduação, Curso de Especialização ou Curso de Pós-Graduação.

O CURSO DE HUMANIDADES pode igualmente ser ministrado de modo informal, tendo sido experimentadas no país duas modalidades básicas. A primeira consiste no que se convencionou denominar *sistema tutorial*. O Grupo formado para esse fim toma contato com os Guias de Estudo e os livros recomendados para leitura durante o curso e reúne-se periodicamente (em geral uma vez por mês) para tirar dúvidas e trocar idéias. O Instituto de Humanidades elaborou roteiros específicos para o sistema tutorial, contendo programa de leituras e as questões mais relevantes a serem discutidas. Tal sistema pressupõe, entretanto, a presença de pessoa especialmente preparada pelo Instituto. Na ausência desta, podem, igualmente, ser formados grupos que encaminham por escrito as suas dúvidas.

O documento elaborado para esta última modalidade acha-se transcrito a seguir e intitula-se : “Procedimentos para o estudo individual e de grupo”. Está subdividido em 20 módulos, compreendendo todas as disciplinas do curso. Optamos por agregar à disciplina POLÍTICA, a introdução dedicada à caracterização geral da cultura ocidental. Seguem-se as disciplinas POLÍTICA, MORAL, RELIGIÃO, FILOSOFIA e CIÊNCIAS. Quanto à LITERATURA e às ARTES, acreditamos que os roteiros que elaboramos seriam suficientes para evidenciar como se integram às humanidades, deixando a ampliação do universo considerado ao critério de cada um.

A segunda modalidade corresponde a cursos à distância. Estes podem ser ministrados na forma convencional – enviando o material correspondente pelo Correio ou FAX – ou através da INTERNET. Para ambas as circunstâncias, o Instituto de Humanidades elaborou Resumos dos Guias de Estudo. Os textos completos, impressos, são encaminhados pelo Correio.

Segue-se a apresentação dos programas respectivos.

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

1. A CULTURA OCIDENTAL

A disciplina introdutória A CULTURA OCIDENTAL constitui o eixo central do CURSO DE HUMANIDADES. A limitação de seu objeto prende-se à necessidade de ser efetivado exame aprofundado da questão, o que não ocorreria se se tentasse simultaneamente abordar outras culturas. No estudo em apreço a ênfase recai nos valores que a constituem. Tais valores serão caracterizados na medida em que emergem no contexto determinado.

Os valores consistem naquilo que deve ser objeto de preferência e escolha.

A cultura, na definição de Miguel Reale, pode ser compreendida como o cabedal de bens objetivados pelo espírito humano na realização de seus fins específicos.

Diz-se “bens objetivados” para destacar que se trata daquilo que o espírito humano não só concebeu como igualmente conseguiu plasmar de algum modo.

Muitos autores referem-se á civilização ocidental. Ao dar preferência ao termo cultura, reservamos civilização para os ciclos históricos em que a primeira se subdivide.

As civilizações dão-se no interior da cultura e consistem numa hierarquização de valores, originando ciclos históricos relativamente estruturados.

A cultura ocidental nasce sob o feudalismo. Pode-se dizer, numa primeira aproximação, que corresponde à fusão do cristianismo com o feudalismo. Em outros contextos, o cristianismo não produziu a cultura ocidental. Assim, o ciclo histórico que se seguiu à sua adoção por Constantino, no século IV de nossa era, caracteriza-se pela decadência do Império Romano e sua capitulação perante as denominadas hordas bárbaras. A simbiose do cristianismo com o Estado Patrimonial, através a Igreja do Oriente, fez surgir a cultura bizantina.

O nascedouro da cultura ocidental tampouco se dá de modo automático em seguida à conversão dos germanos ao cristianismo. Foi preciso vencer as incursões dos novos bárbaros (sarracenos, normandos e húngaros) e ver passar o século e meio subsequente à morte de Carlos Magno, denominado com propriedade de Idade das Trevas. Somente com a coroação de Oto I como Imperador do Sacro Império Romano Germânico, em 962, dá-se o nascimento da cultura ocidental. Toma-se esse marco levando em conta que seria sob Oto I que se daria tanto a derrota militar como a conversão dos húngaros ao cristianismo. Estes correspondiam precisamente àquele grupo remanescente dos que efetivaram as invasões subsequentes a Carlos Magno. Os sarracenos (árabes) foram contidos na Península Ibérica e os normandos assimilados na Grã Bretanha e em parte da França.

A cultura ocidental conhece dois ciclos civilizatórios: o feudalismo e a sociedade industrial. Ainda que inseridos no mesmo universo de valores, naqueles períodos viriam a ser hierarquizados de modo diverso.

No processo de estruturação da cultura ocidental, além do cristianismo e do feudalismo, intervêm outros ingredientes importantes, como a racionalidade grega e as instituições romanas.

A julgar pelo conhecimento que adquirimos da cultura grega, em seu seio a racionalidade estava não só associada ao misticismo como não se distinguiam o raciocínio matemático e a especulação filosófica, a exemplo do que se dá na cultura ocidental. Por isto mesmo imprescindível se torna deter-se no estudo do Museu de Alexandria. Dessa instituição provém o conhecimento que denominamos de científico.

A outra parcela da racionalidade grega foi apropriada pelos filósofos e teólogos católicos, o que induziu à suposição de uma fé racional. A religião grega, que era parte desse todo, foi abandonada e com ela o reconhecimento da presença constante do misterioso e do desconhecido.

No que diz respeito às instituições romanas, sua contribuição duradoura à cultura ocidental reside no direito. A idéia de império é de proveniência oriental e quase sempre esteve em contradição com o espírito da cultura ocidental. Sem embargo do papel que o Sacro Império desempenhou na preservação dos valores do cristianismo, a instituição está associada ao exercício anti-democrático do poder e à dominação de uma nação por outra, consoante se infere da presença do imperialismo na história moderna e contemporânea.

O entendimento da moral como sendo obrigatória para todos, presente na cultura ocidental, é de proveniência judaica, razão pela qual cumpre igualmente estudar o judaísmo antigo. Assim, embora o propósito de compreender a cultura ocidental nos devesse levar, preferentemente, ao estudo do período da Idade Média em que o

florescimento cultural desabrocha plenamente, sendo também quando ocorre o reencontro com os textos da Grécia e Roma Antigas-- isto é, nos séculos XI a XIII--, não poderemos deixar de nos deter nos antecedentes enumerados.

Vencida essa etapa, passaremos ao exame dos aspectos adiante resumidos.

A compreensão que se tem do feudalismo em nosso meio é superficial e insuficiente. É essencial, portanto, tomar contato com alguns textos que nos facilitem uma compreensão adequada do fenômeno. O ponto de partida deverá consistir numa nova periodização da Idade Média

O Renascimento não constitui ciclo civilizatório autônomo porquanto os ingredientes formadores do novo ciclo – a Época Moderna—somente desabrocham, sem se completarem. Ainda assim cabe destacar que justamente ali dá-se o reencontro com outras vertentes da Antigüidade Clássica. Antes do Renascimento, a ênfase recaía no aristotelismo e no direito romano. Agora, além do deslumbramento com a escultura e a pintura, emerge o encantamento pelo Platão apropriado pelos romanos, um tanto dissociado das raízes gregas e revestido de roupagem haurida nas religiões orientais.

É interessante também ter presente a forma pela qual a época renascentista aderiu à hipótese de que a natureza estaria “escrita” em linguagem matemática. Tal abertura se deu através da vertente mística do hermetismo, circunstância que foi virtualmente esquecida a partir do momento em que se descobriu, posteriormente, que o autor vivera em período mais recente que o imaginado no Renascimento. Essa descoberta, por si só, não elimina a presença do hermetismo na Renascença, que precisa ser levado em conta. Entre outras coisas, para melhor entender a espécie de platonismo então divulgada.

A contribuição fundamental do Renascimento encontra-se na atribuição de um valor irretorquível à pessoa humana.

No que se refere à Época Moderna, partiremos da hipótese de Max Weber por considerar que suscita a discussão do essencial.

Merleau-Ponty observa que a grande contribuição de Max Weber consiste precisamente em haver facultado o elo a partir do qual se pode compreender o processo histórico que desembocou no capitalismo, ao descobrir que a ética protestante, legalizando a riqueza e atribuindo ao trabalho do homem um sentido – o de erigir na terra uma obra digna da glória de Deus – permitiu a aglutinação dos elementos requeridos por aquele desfecho. Ao engendrar o que denominou de “conduta racional da vida”, criou as premissas para o advento da ciência e da técnica, a formação de um governo baseado em certas regras formais e o florescimento do direito, conjunto esse que singulariza o capitalismo em relação às civilizações anteriores. “A história – escreve Merleau-Ponty – sempre produziu isoladamente um dos dois (o direito em Roma, os elementos do cálculo na Índia) sem que se tenham desenvolvido como o fizeram no capitalismo. Seu reencontro confirma em cada um os elementos de racionalidade que conduzia. Na medida em que as interações se acumulam, o desenvolvimento do sistema em seu próprio sentido torna-se sempre o mais provável. A produção capitalista inclina-se, cada vez mais, no sentido de um desenvolvimento da técnica e das ciências aplicadas. Entretanto, no ponto de partida não consistia uma idéia todo-poderosa, mas uma espécie de imaginação da história que semeia aqui e ali os elementos capazes de ser um dia integrados”. (*Les aventures de la dialectique*, 15ª ed., Paris, Gallimard, 1955, p. 26)

Em síntese, as principais criações da Época Moderna consistem na ética do trabalho decorrente da Reforma Protestante; na moral social de tipo consensual; na tolerância em matéria religiosa; no Estado Moderno e na subsequente reforma que o fez repousar no sistema representativo; no saber científico de índole operativa; no capitalismo industrial; e, finalmente, na vida urbana, que, por sua vez, fez nascer valores até então inexistentes.

Depois de uma caracterização abrangente da tolerância religiosa e do capitalismo, o curso estuda especificamente a ciência moderna e a moral social; a Revolução Industrial e a emergência dos valores urbanos na Era Vitoriana.

A Revolução Industrial é um movimento abrangente e de grande significação, tendo se verificado em numero limitado de países. Está longe de corresponder à simples industrialização, pressupondo todo um conjunto de alterações na vida social.

Ao fim da disciplina procede-se a uma síntese dos valores essenciais da cultura ocidental.

São os seguintes os guias de estudo da disciplina *A Cultura Ocidental*:

1. CULTURA OCIDENTAL

- I – NASCEDOURO E FUNDAMENTOS HISTÓRICO CULTURAIS, com este detalhamento: 1)Indicações gerais sobre a cultura ocidental; 2) Contribuição grega à cultura ocidental; 3)Contribuição essencial do judaísmo; a lei moral; 4)O Decálogo de Moisés e o Sermão da Montanha; 5)A contribuição de Roma; e 6)Como se teria originado a mudança social que produziu o “milagre grego”
- II- A CIVILIZAÇÃO FEUDAL OU O PRIMEIRO CICLO HISTÓRICO DA CULTURA OCIDENTAL, subdividido em: 1)Caracterização geral; 2)O essencial do feudalismo; 3)A recuperação das obras clássicas; 4)Uma cultura religiosa; e 5)A Igreja e a tentação do temporal.
- III- A ÉPOCA MODERNA E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL, com estes itens: 1) O elo fundamental no surgimento da Época Moderna; 2) A ante-sala da Época Moderna; o Renascimento; 3)Como se processou a Revolução Industrial; 4)O capitalismo; 5)A ciência moderna; 6) O governo representativo; e 7)Outras criações originais da cultura ocidental surgidas no período
- IV- A FEIÇÃO ASSUMIDA PELA CULTURA OCIDENTAL E A PLENA EXPLICITAÇÃO DE SUA SINGULARIDADE, onde serão estudados estes tópicos: 1)Emergência dos valores urbanos na Época Vitoriana; 2)A cidade e a preocupação com o corpo e a saúde; 3) O alargamento da elite e o início das reformas democráticas; 4)As primeiras crises cíclicas e a decadência dos valores da elite tradicional; 5)Dickens e a discussão da pobreza na Era Vitoriana; e 6) Os fundamentos da civilização ocidental.

2. POLÍTICA

Preliminarmente, cumpre ter presente que o entendimento da política, como objetivo de meditação teórica, mudou muito desde a Grécia. Na Antigüidade, tratava-se de uma investigação acerca da melhor forma de governo. Embora preservada pelos centros de estudos existentes -- basicamente os mosteiros medievais --, essa maneira de conceber a disciplina acabou sendo suplantada, no período histórico considerado, pela premência do tema das relações entre os poderes temporal e espiritual.

Na fase de surgimento do Estado Moderno, que tem lugar com o concurso de grandes pensadores políticos, a questão muda completamente de aspecto. Trata-se agora de saber como se constitui e como se mantém o poder. Essa linha de pensamento

coroa-se com a obra de Max Weber que retira do Estado toda aura romântica ao indicar que sua característica essencial reside no monopólio da violência e, sobretudo, ao examinar a sua atuação do ponto de vista da dominação a fim de averiguar as maneiras como se legitima. Weber entreviu três tipos básicos: a tradicional, a carismática e a racional. Evitou ciosamente dar a essa tipologia qualquer caráter histórico, de modo a impedir que pudessem ser entendidas como sucessivas, no estilo dos três estados do comtismo. Sua sociologia destina-se a facultar uma compreensão do processo social e não a formular qualquer espécie de plataforma política. Ainda assim, o tipo ideal que chamou de dominação racional acha-se inquestionavelmente relacionado ao sistema representativo.

Esta corresponde, talvez, à questão central no estudo da POLÍTICA. Justamente a singularidade e a grande contribuição do Ocidente consiste na concepção e na prática do governo representativo. O balanço da experiência política ocidental evidencia que o cerne desse processo corresponde àquela criação original. Em favor da hipótese, sinteticamente, podem ser mobilizados estes argumentos: I) trata-se da maior criação da humanidade no que se refere a alcançar uma convivência social civilizada; II) o Estado Moderno – que não tem antecedentes na cultura ocidental, como organismo monopolizador da violência – substituiu sistema descentralizado que vigorou, segundo as áreas da Europa, até mais de oito séculos, mas logo sua feição autoritária foi suplantada pelo governo representativo, que acabou democratizando-se; III) o sistema democrático representativo passou a prova da história no século XX, enfrentando sucessivamente o socialismo e o anarquismo revolucionários, o nazismo e o comunismo; IV) a experiência de substituí-lo pelo sistema cooptativo, empreendida na Rússia, não só redundou no mais absoluto insucesso como corresponde a uma página negra e vergonhosa da história; V) o principal argumento contrário ao sistema representativo – mais das vezes sustentado pelos inconformados com o fracasso da experiência soviética – reside na tese de que apresenta imperfeições, como se a obra humana pudesse construir algo isento de defeitos. Pelo visto, nunca perderá atualidade o ensinamento de Churchill ao afirmar que “a democracia é o pior dos regimes possíveis, com exceção de todos os outros”. Isto naturalmente não implica dizer que não comporta aperfeiçoamentos, o que aliás tem sido conseguido com sucesso desde que surgiu; e, finalmente, VI) não passa de fantasia ilusória a suposição de que o regime ateniense seria um arquétipo a ser copiado, posto que ali a democracia era entendida como repousando no sorteio.

O surgimento do sistema representativo é igualmente fruto, em grande medida, da meditação de caráter teórico, cumprindo determo-nos nas principais obras que o caracterizam.

Finalmente, no período contemporâneo, alguns estudiosos, radicados predominantemente nos Estados Unidos, buscaram introduzir a medida na avaliação dos fenômenos políticos, denominando essa disciplina de ciência política, em substituição à denominação tradicional de filosofia política. Tais procedimentos permitiram desembocar na realização de previsões eleitorais, com grande consistência; na aferição do interesse dos eleitores por esse ou aquele assunto, etc.

Contudo, em que pese a importância de tais resultados, não revelaram força suficiente para deslocar o debate de tipo clássico cujo reconhecimento é buscado por este curso.

Em vista da tradição positivista brasileira, cabe desde logo advertir que os estudiosos americanos interessados na construção do que denominam de ciência política nada têm a ver com o que, no Brasil, se entende por “política científica”. Verifica-se uma nítida distinção entre o que se poderia denominar de estudo científico do fenômeno político -- isto é, uma análise subordinada a determinados parâmetros,

perfeitamente explicitados, passíveis de serem aceitos, recusados ou criticados por quem se proponha a idêntico propósito --, daquilo que, na tradição brasileira influenciada pelo positivismo, foi popularizada como “política científica”. O rótulo de científico, na meditação de Comte, tem apenas o propósito de angariar respeitabilidade para a sua proposta política, num ambiente onde a ciência está revestida de grande prestígio.

Procuraremos acompanhar a evolução do conceito de política através do estudo da obra dos autores mais representativos, começando com a coletânea de textos de Aristóteles, a que se intitulou *A Política*.

A reconstituição da obra de Aristóteles dedicada à teoria política envolve certa complexidade tendo em vista que muitos textos desapareceram e, o que se preservou, foi agregado de forma a suscitar grandes discussões quanto à autenticidade, períodos em que este ou aquele texto foi escrito e, portanto, cronologia dos livros etc. Tais aspectos tangenciam de imediato o nosso objetivo.

O Oriente não legou à Grécia nada de parecido com o tipo de análise que ali se inicia a respeito da política. O que se preservou indica que o interesse voltava-se para a coleção de experiências concretas que poderiam ser transmitidas de um governante a outro. Na Grécia, ao contrário, trata-se de inquirir sobre as formas de governo, investigar sobre a possibilidade de um governo ideal etc. A rigor, esse tipo de inquirição começa com Aristóteles porquanto Platão está preocupado com a organização de um governo perfeito, espécie de ditadura dos sábios. O balanço de sua experiência na matéria relata-a em *A Sétima Carta*.

Aristóteles procura situar-se apenas no plano teórico. Para caracterizar a diferença de método, em relação a Platão, basta dizer que colecionou as diversas constituições existentes e as comentou, preservando-se apenas o que escreveu sobre a Constituição de Atenas. Para adquirir uma idéia geral do seu método, seria suficiente a leitura e discussão do livro VI de *A Política*. A tradução disponível em português é de Nestor Silveira Chaves, tendo sido sucessivamente reeditada pela Ediouro. Embora despojada de instrumental crítico com que costumam aparecer as edições de Aristóteles, atende plenamente aos objetivos do curso.

Da temática suscitada na Grécia, o período romano discutiu sobretudo a questão das formas de governos para justificar a preferência por uma delas. Na espécie, a obra de Cícero é bastante ilustrativa, parecendo-nos que o livro *Da República* fornece uma visão suficiente do mencionado interesse.

Nos primeiros séculos do período medieval, desaparece esse tipo de inquirição. Quando volta a emergir, tem como fulcro as relações entre os poderes espiritual e temporal. Tomaremos contato com essa problemática através do livro político do festejado poeta Dante Alighieri (*Da Monarquia*).

De maior importância reveste-se a compreensão do surgimento do Estado Moderno associado à formação das nações. Nunca é demais enfatizar que o Estado Moderno é uma criação absolutamente original, sem precedentes na história da Europa, do mesmo modo que seu encaminhamento na direção do governo representativo.

O Estado Moderno assume, desde logo, feição absolutista, isto é, eminentemente autoritária. Para que viesse a revestir-se de tal característica desempenham um papel muito importante os pensadores que, na feliz expressão de Jean-Jacques Chevallier, colocam-se ao serviço do absolutismo: Machiável (1459/1527); Bodin (1530/1596); Hobbes (1588/1679) e Bossuet (1627/1704).

A adequada compreensão dessa nova realidade há de permitir uma correta avaliação do feito notável que representam o pensamento e a ação dos liberais na constituição do sistema representativo, que tem lugar no ciclo subsequente, cumprindo a esse respeito indicar o que se segue.

A denominação de liberal aparece depois das reformas eleitorais inglesas de 1832. Tendo se oposto à sua efetivação, os *tories* passam a denominar-se Partido Conservador e os *whigs* decidem-se pela adoção do nome Partido Liberal. Do ângulo (acadêmico) em que nos colocamos, o termo liberal abrange as duas facções porquanto se trata da adesão ao governo representativo. O próprio socialismo ocidental, que evoluiu no mesmo sentido – isto é, da adesão e defesa intransigente das instituições do sistema representativo – reconhece a precedência dos liberais no surgimento e consolidação do Estado de Direito.

O início dessa corrente remonta ao *Segundo Tratado sobre o governo civil* de John Locke (1632-1704), onde, pela primeira vez, estão indicados os princípios que devem nortear o sistema representativo que, a partir de então, se constitui numa alternativa ao absolutismo monárquico dominante na Europa. Para o próprio Locke, os propósitos do livro eram bem mais modestos. Tinha como objetivo unificar o ponto de vista da elite acerca das questões essenciais que a experiência de Cromwell não conseguira resolver. Alcançando esse objetivo, promoveu-se a derrubada de Jaime II e a colocação no poder de Maria II (filha protestante de Jaime II e esposa de Guilherme de Orange), através do movimento que passaria à história como a Revolução Gloriosa de 1688. Na visão do autor, o livro cumprira a missão a que se propunha e sequer reconheceu a sua autoria. A incorporação do livro às Obras Completas é posterior à sua morte.

Locke defende número reduzido de princípios. Os homens abdicaram do estado de natureza para assegurar a intangibilidade da propriedade, que resulta diretamente do trabalho. Na sociedade política o poder supremo deve encontrar-se no Legislativo. O direito de fazer-se representar está restrito à classe proprietária. A exposição é muito clara e direta.

Em outros textos, Locke deu também uma grande contribuição no sentido de que na Inglaterra acabasse sendo aceita a tolerância religiosa ao conceituar a Igreja como uma associação livre devotada ao culto externo da divindade, inexistindo, portanto qualquer mortal em condições de escolher qual a forma preferível de fazê-lo, cabendo, por isto, tolerar a diversidade. Além disto, no contexto protestante da Inglaterra, o essencial consistia no culto interno.

O conjunto das regras sistematizado por Locke serviu para nortear a prática do sistema representativo ao longo do século XVIII. Os passos mais importantes naquela direção consistiram na reforma de 1701 que estabeleceu a linha de sucessão impedindo surpresas em matéria religiosa, e a autonomia do Poder Judiciário; na unificação com a Escócia, dando nascedouro ao Reino Unido e estabelecendo o princípio do monarca único e, sobretudo, na criação do Conselho de Ministros, introduzindo-se a figura do Primeiro Ministro. Os conservadores, que eram tradicionalmente favoráveis ao exercício do poder pelo monarca, afeiçoaram-se ao novo sistema. De sorte que, ao ascender ao trono em 1761 e pretender a restauração do poder pessoal, Jorge III não encontrou ambiente favorável. Com a derrota desse monarca na crise com os Estados Unidos, de que resulta a sua Independência (1776), o sistema representativo saiu fortalecido, consolidando-se em definitivo nos decênios subsequentes. A Inglaterra era então o único país que sustentava tal regime na Europa. Nos demais campeava o absolutismo.

Os ingleses não manifestaram maior interesse em teorizar sobre essa experiência que acabaria associada ao nome de Montesquieu (1689/1755). Na obra *O espírito das leis*, ao tratar dos objetivos dos diversos Estados (Livro XI, onde indica que uns buscam a expansão, outros a glória e assim por diante) registra-se a existência de “uma nação no mundo que tem por objetivo direto de sua constituição a liberdade política”. Trata-se da Inglaterra. Nesse capítulo ele descreve o regime ali vigente enfatizando a tripartição do poder.

A vinculação da doutrina à concepção do que se convencionou denominar de Estado Liberal de Direito caberia a Emmanuel Kant (1724/1804). Kant não tratou especificamente da política mas, em sua *Doutrina do Direito*, fixou-lhe os princípios fundamentais, ao conceituar a *liberdade individual* como sendo aquela apta a coexistir com a liberdade de qualquer outro. Isto é, cessa na medida em que interfere na liberdade de outro; a *igualdade* como sendo igualdade perante a lei, e assim por diante. Estabeleceu ainda, em definitivo, que ao Estado não cabe responder pela felicidade de quem quer que seja, cabendo-lhe apenas assegurar as condições que permitam aos cidadãos seguir o caminho que lhes convenha.

Apesar da circunstância de que Kant não se tenha ocupado especificamente da política, os textos em que se aborda a questão do Estado Liberal de Direito costumam ser agrupados com essa denominação. Assim, na Inglaterra, o professor alemão Hans Reiss organizou o que intitulou de *Kant's Political Writings*, tendo ocorrido o mesmo em outros países. No Brasil somente agora, por iniciativa do Itamarati, na coleção Textos Clássicos de Relações Internacionais, passamos a dispor dessa tradução.

Com a Revolução Francesa, começa a difusão do que posteriormente se denominou de *democratismo*, fenômeno que em muitos países foi confundido com o liberalismo. As idéias básicas do democratismo foram elaboradas por Rousseau (1712/1778). Essa espécie de pensamento deu origem ao que, em países como o Brasil, se chama de populismo ou aos sistemas totalitários do Leste e seus satélites, vigentes na época do regime soviético. O essencial dessa meditação encontra-se nos livros do autor citado, recomendados para estudo (*O Contrato Social* e *A origem da desigualdade*)

A obra de Benjamin Constant (1767/1830) e das grandes personalidades do liberalismo doutrinário – notadamente François Guizot (1787/1874) – repõem a tradição liberal no leito próprio. Desde então, essa doutrina aparece nitidamente como distinta tanto do conservadorismo restaurador como do democratismo inspirado na Revolução Francesa. No mesmo ciclo do liberalismo doutrinário, insere-se a obra de Alexis de Tocqueville (1805/1854), cujo mérito consiste em ter restaurado a dignidade da idéia democrática, aviltada pelos excessos em seu nome praticados, notadamente, no curso da Revolução Francesa. Os textos básicos desses autores acham-se recomendados para estudo.

O grande tema que empolga o liberalismo a partir da segunda metade do século é o processo de sua democratização. O balizamento desse processo seria fixado por William Gladstone (1809/1889) sem concessões ao democratismo. Os textos em que Gladstone justifica os seus posicionamentos, reunidos em livro, tornaram-se raridade, razão pela qual, no Curso, procederemos à indicação do essencial.

Segue-se a questão social. Em nosso país há uma grande incompreensão acerca da posição liberal a respeito. De sorte que convém deter-se no exame do keynesianismo. O livro que Ricardo Vélez dedicou ao assunto (*Keynes – doutrina e crítica*, Brasília, 2000) constitui excelente introdução.

Outro desenvolvimento alcançado pelo liberalismo diz respeito à educação. Os americanos é que formularam a questão de modo mais feliz, bastando para compreendê-la o exame do pensamento de John Dewey (1859/1952), contido na obra *Democracia educação*. A abordagem do tema completa-se com *O futuro da democracia* de Norberto Bobbio (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986).

No que se refere ao pensamento socialista, parece imprescindível proceder-se, concomitantemente, à avaliação de sua experiência, tendo em vista que uma parte deste evoluiu no sentido do totalitarismo. Muitos autores consideram mesmo que o *socialismo* seria essa sua expressão totalitária. Contudo, parece mais equilibrado distinguir-se o socialismo como parte da tradição humanista do Ocidente daquele que se vinculou às

outras tradições culturais notadamente a bizantina, mais afeiçãoada ao despotismo oriental.

O socialismo no Ocidente tem duas vertentes muito nítidas: uma que procede diretamente dos intelectuais e fica restrita a esse meio e outra que se vinculou ao movimento operário, originando duas experiências marcantes: a do Partido Trabalhista britânico e a da Social-Democracia alemã. Procederemos à caracterização dessas duas e dos textos básicos que as caracterizam, da autoria de Marx, Proudhon, Bernstein e Kautsky. No que se refere à vertente totalitária, será examinada na disciplina MORAL, levando em conta que, nesse particular, introduziu-se uma grande mudança no entendimento clássico dos socialistas. O marxismo como corrente filosófica é parte integrante do grande movimento cultural propiciado pelo idealismo alemão, tornando-se incompreensível fora desse contexto, razão pela qual o estudaremos na disciplina FILOSOFIA.

Adicionalmente, nesta parte do curso, procura-se dar uma idéia da crítica liberal ao socialismo, em geral desconhecida no país, mas que é relevante no sentido de permitir a pretendida avaliação equilibrada.

A crítica liberal ao socialismo reúne hoje expressiva bibliografia, destacando-se entre os seus autores Ralf Dahrendorf, Raymond Aron e Isaiah Berlin. A singularidade dessa crítica reside no fato de que reconhece estribar-se o socialismo numa pressuposição de índole moral que se insere plenamente na tradição ocidental. Contudo, por se tratar de um postulado de índole moral, acha-se inevitavelmente sujeito à avaliação social. Toda tentativa de impor, autoritariamente, determinadas regras morais termina por inviabilizar a própria moralidade. O totalitarismo soviético pretendeu estribar-se num alto conceito de pessoa humana, não obstante o que corresponde àquele sistema onde o aviltamento da dignidade humana alcançou extremos desconhecidos na história do Ocidente. Assim, reconhecer a base ética do ponto de partida das propostas socialistas equivale a retomar a sua discussão justamente no plano próprio.

As propostas liberais procuram distinguir o plano político do plano moral, razão pela qual, cientes da limitação de seu projeto, tem conseguido promover sucessivos aperfeiçoamentos na convivência social. O nosso tempo viveu pois essa situação paradoxal quando as sociedades abertas discutiam francamente seus defeitos enquanto os sistemas fechados, na base de censura à imprensa e no esmagamento brutal de toda oposição, alardeavam uma situação de bem-estar inteiramente distanciada da verdade, segundo se viu em decorrência de sua deblaque.

Outro elemento distintivo da crítica liberal ao socialismo reside na tese de que, embora pretenda estribar-se no que se convencionou chamar de “opção pelos pobres”, de fato corresponde a uma opção pela pobreza. As sociedades socialistas mostraram caracterizar-se pela presença de padrões de vida extremamente baixos, enquanto o capitalismo tende a limitar a pobreza a segmentos reduzidos da sociedade. Além disto, a pobreza residual remanescente nos países ricos corresponde a um dos temas debatidos com maior intensidade.

No texto dedicado à POLÍTICA, do Curso de Humanidades, agrupamos os temas considerados em quatro grandes eixos, na forma que se indica a seguir:

I – TRAJETÓRIA DO DEBATE ACERCA DA POLÍTICA, onde são considerados: 1. Nascimento da teoria política na Grécia e redirecionamento do debate na Idade Média, tomando como referência as obras de Platão; Aristóteles; Cícero e a que caracteriza o redirecionamento do debate na Idade Média (*A Monarquia*, de Dante Alighieri); 2. Contribuição dos teóricos na constituição do Estado Moderno (a obra de Maquiavel; a questão da soberania em Bodin; e a doutrina de Hobbes) 3. Como surgiu a doutrina do

sistema representativo, abordados estes aspectos a) O contexto histórico; b) Dados biográficos de John Locke; e c) Idéia sumária do *Segundo Tratado*; e, por fim 4. Principais correntes políticas de nosso tempo

II – O GOVERNO REPRESENTATIVO COMO CERNE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA OCIDENTAL, subdividida nestes tópicos: 1. A forma de governo predominante na Idade Média; 2. O processo de centralização efetivado pelo Estado Moderno (os exemplos espanhol e francês); 3. Emergência do governo representativo; e, 4. O sistema democrático representativo passa a prova da história e assume feição amadurecida.

III – A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, SEU SIGNIFICADO E AVALIAÇÃO DAS CRÍTICAS, onde se examina o processo democrático e as chances da democracia, à luz de textos de Robert Dahl e Samuel Huntington. 2. As críticas à democracia representativa a partir de referência equivocada (entre outras coisas, procede-se à caracterização daquilo em que consistia, de fato, a democracia grega); 3. O papel da autoridade e, 4. Autoritarismo e suas formas.

IV – A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, que se desdobra deste modo: 1. As primeiras doutrinas da representação subseqüentes a Locke (Burke e Stuart Mill); 2. A novidade representada pela proposta de Benjamin Constant; 3. Os partidos políticos; e, 4. Propostas de organização da sociedade

3. MORAL

A disciplina MORAL, do CURSO DE HUMANIDADES, está estruturada de forma a propiciar uma visão clara da forma como evoluiu a meditação de caráter moral no Ocidente a partir do Decálogo de Moisés, que é o seu enunciado básico e, ao mesmo tempo, ponto de partida. Levando em conta que tivemos oportunidade de nos deter no seu exame, na disciplina HISTÓRIA DA CULTURA, conjugado ao *Sermão da Montanha*, cuidaremos agora de dar uma informação mais ampla acerca da Bíblia. Em nossa cultura, a moral está indissolúvelmente associada à religião cristã, ainda que os estudos teóricos que lhe têm sido consagrados cuidem precisamente de fixar a sua autonomia.

Tais estudos foram denominados de *ética* por Aristóteles. Ao assunto dedicou mais de um tratado. No curso estudaremos aquele que intitulou de *Ética a Nicômaco*.

Enquanto na tradição judaica é obrigatória a observância das regras morais, na obra de Aristóteles a virtude é uma conquista que não é dada a todos. A virtude exige pré-requisitos e apresenta-se de forma diferente em relação a certos papéis sociais. Ainda mais: está associada ao saber, isto é, à cultura.

Os grandes autores cristãos irão aproximar as duas tradições. A moral é obrigatória e depende da religião. Contudo, comporta abordagem teórica segundo o modelo da filosofia grega. Ao fazê-lo, chegam a resultados muito distanciados daqueles encontrados na obra de Aristóteles. Enquanto este está preocupado com a felicidade terrena, os escolásticos cuidam da *bem aventurança*, isto é, da felicidade eterna, que consistirá na contemplação de Deus, após a morte. A tradução do termo grego *phronesis* por contemplação facultou essa possibilidade de interpretação tão distanciada do texto original. No contexto da meditação de Aristóteles, quer se referir à sabedoria e à prudência que a virtude facultaria a quem a possuísse, permitindo um certo distanciamento da paixão e da exaltação.

O texto em que aparece com toda nitidez a interpretação escolástica é *A moral a Nicômaco, de Aristóteles*, do Pe. Manoel de Gois, parte integrante do Curso

Conimbricense – constituído de oito volumes, elaborado entre 1592 e 1607. A obra de Pe. Manoel de Gois foi reeditada pelo Instituto de Alta Cultura, de Lisboa, em 1957.

Os autores modernos defrontaram-se com essa interpretação do pensamento de Aristóteles e não diretamente com a sua obra. De sorte que, ao cogitar de moral terrena voltaram-lhe as costas.

O debate mais importante que tem lugar ocorre na Inglaterra do século XVIII. Sendo um país majoritariamente protestante, imaginou-se que, resolvida a questão do sistema representativo, com a Revolução Gloriosa de 1688, a moralidade ficava na dependência das diversas Igrejas nas quais se distribuíam os crentes. Não se deram conta, desde logo, do problema do comportamento social dos cidadãos.

A primeira reação parece ter sido a de restaurar uma autoridade equiparável à Igreja Católica no período medieval, responsável pela observância dos costumes. A experiência logo comprovou a sua impossibilidade diante da multiplicidade de igrejas. Tampouco seria bem sucedida a *Sociedade para a Reforma dos Costumes*, organizada em fins do século XVII e que atuou intensamente até os anos vinte do seguinte.

Começa então um longo debate quanto à natureza da moral social. Deve ser deduzida da moral de alguns dos grupos sociais mais proeminentes ou seria algo de específico? O desfecho dessa discussão será o reconhecimento do caráter consensual da moralidade social, uma criação essencial da época moderna.

No Guia de Estudo IV – *A ética social*, está reconstituída a parcela substancial desse processo. São selecionados para leitura e discussão textos de Anthony Ashley Cooper, conde de Shaftesbury (1671/1713), Bernard Mandeville (1670/1733), Joseph Butler (1692/1752) e David Hume (1711/1776), cuidando os respectivos guias de estudo de orientar essa leitura.

Os ingleses consumaram a separação entre moral social e religião mas preservaram na sua dependência a moral individual. A completa separação teórica entre as duas esferas será obra de Kant. Deste recomendamos para estudo *Fundamentação da metafísica dos costumes e Doutrina da Virtude*.

Na sequência dessa linha de meditação encontra-se a *ética de responsabilidade*, cuja hipótese é devida a Max Weber (1864/1920). Cuida de preservar a herança kantiana mas renunciando à pretensão de encontrar o homem universal. A ética de responsabilidade atende à circunstância do cidadão contemporâneo, que se situa num contexto cultural definido e pertence a determinada nação.

Embora o propósito do curso não consista em proceder à exaustiva enumeração dos modelos éticos, não poderíamos deixar de considerar, pela presença que registra em nossa cultura, a *ética eclética* e a *ética totalitária*.

A ética eclética busca conciliar a solução kantiana com a interpretação escolástica da ética aristotélica. Caberia a Paul Janet (1823/1899) dar-lhe formulação acabada e teremos ocasião de estudar um dos textos que dedicou ao problema.

Quanto à ética totalitária, sustenta-se na hipótese de que os fins justificam os meios, hipótese que corresponde ao abandono de toda a tradição moral do Ocidente. Nenhum sistema ético jamais persegue fins perversos. O característico da moral encontra-se justamente nos meios. Para a perfeita compreensão de tais aspectos, examinaremos texto de Lênin em que justifica tal código moral, a caracterização do totalitarismo por Arendt e o relato da experiência estalinista empreendido por Koestler.

Depois de percorrer os textos enumerados, o curso procura sistematizar os principais temas relacionados à discussão moral, a começar por sua conceituação, apontando-lhe pré-requisitos e buscando identificar tanto o seu núcleo como as questões periféricas basilares.

São os seguintes os guias de estudo da disciplina Moral:

- I. PRINCIPAIS MODELOS ÉTICOS
- II. A ÉTICA GREGA
- III. A ÉTICA DE SALVAÇÃO
- IV. A ÉTICA SOCIAL
- V. A ÉTICA KANTIANA
- VI. A ÉTICA DE RESPONSABILIDADE
- VII. OUTROS MODELOS: AS ÉTICAS ECLÉTICA E TOTALITÁRIA
- VIII. PRINCIPAIS TEMAS DA DISCUSSÃO MORAL

4. RELIGIÃO

A Época Moderna conheceu dois grandes movimentos em relação à religião. O primeiro começa com as tentativas de racionalizá-la, coroando-se pela pura e simples negação. O segundo compreende a sua revalorização, como uma estrutura constitutiva do homem, embora passível de ser estudada por métodos diversos daqueles considerados na tradição escolástica.

Agora, o interesse estará centrado na análise da vivência religiosa, enquanto a teologia, que alcançara grande desenvolvimento na Idade Média, corresponde a uma dedução dos atributos divinos, em geral apoiada na revelação.

O empenho racionalizador da religião começa nos países protestantes e tem por objetivo compatibilizá-la com as descobertas da nova ciência da natureza, sendo fenômeno, basicamente, do século XVIII. Emerge então a idéia de que haveria uma *religião natural*, eminentemente racional, que é o substrato último das religiões aparecidas no Ocidente batizadas de “positivas”. Estas ter-se-iam deixado envolver pela emotividade desembocando no fanatismo e na superstição.

No século XIX, essa tendência evoluiria no sentido de propor novas religiões, como é o caso de Ludwig Fuerbach (1804/1872) e Augusto Comte (1798/1857). A nota dominante de toda essa trajetória consiste em reconhecer-lhe um papel de carácter eminentemente moral. O catolicismo teria perdido essa dimensão, enquanto o protestantismo, se bem que cuidasse de recuperá-la, acabaria dissociando-se do sentido de nossa época ao deixar-se prender por seu componente irracional.

Nesse processo de eliminar da religião do que tem de específico e irreduzível, aparecem teorias que a reduzem a uma invenção da sociedade, com propósitos nem sempre confessáveis. Está nesse caso a famosa tese de Karl Marx (1818/1883), segundo a qual nada mais seria que o ópio dos povos. Emile Durkheim (1858/1917), ainda que tivesse contribuído grandemente para fazer da sociologia uma ciência de base empírica, despojada da intenção ético-normativa, a exemplo do comtismo, tampouco atuou no sentido de recuperar a significação própria da religião, ao enfatizar que se limita a fornecer uma representação mitológica das estruturas sociais. Sigmund Freud (1856/1939), por sua vez, tratou a religião como ilusão e sugeriu a idéia de que Deus é, primordialmente, uma versão ampliada da imagem do pai, produzida de modo inconsciente pelos homens, num desejo infantil de proteção.

Desde fins do século passado, entretanto, surge uma nova vertente, empenhada sobretudo em compreender o fenômeno religioso em sua singularidade. Inicia-se basicamente com a obra de William James (1842/1910) – *As variedades da experiência religiosa* (1902) – onde examina o conjunto de relatos relacionados às manifestações místicas e consegue encontrar um critério para distingui-las do que poderia ser simples mistificação ou expressão de perturbações mentais.

Pouco mais tarde, Rudolf Otto (1869/1937) tornar-se-ia uma figura central do novo movimento, ao cuidar de apreender a experiência religiosa sem dela excluir os ingredientes irracionais mas também sem a estes reduzi-la. Se bem seja autor de extensa bibliografia, o livro *A idéia do sagrado* (1917) resume os seus pontos de vista.

Mircea Eliade (1907/1986) daria continuidade a esse movimento. Entende que o fenômeno religioso pode ser apreendido em sua inteireza à luz do binômio sagrado-profano.

Nesta primeira parte da disciplina RELIGIÃO, para bem situar o novo encaminhamento do debate acerca da religião, cujo desfecho seria a sua revalorização como uma estrutura constitutiva do homem – e não mais uma porta para considerações sobre a divindade – começaremos por nos deter nos argumentos da denominada “religião natural”. Entendemos que o livro de Kant, *A religião nos limites da simples razão* (1793), expresse de forma adequada em que consistia o projeto racionalizador daquela geração. Depois de proceder-se à caracterização do desfecho – a negação de qualquer significado à religião –, avançaremos guias de estudo para leitura das mencionadas obras de William James, Rudolf Otto e Mircea Eliade.

Chegado a este ponto, quando já se tem uma idéia bastante precisa da natureza singular da experiência religiosa que em nossa cultura funda a moral mas com esta não se confunde, podemos adotar uma visão cronológica, sem o risco de induzir à suposição, aceita em muitos círculos, de que estaria condenada ao desaparecimento em decorrência da evolução cultural. Ao contrário disto, o que a descrição a ser empreendida irá demonstrar é que apresenta sempre dimensões insuspeitadas, precisando-se ainda mais o seu caráter singular e único. Ver-se-á, também, que as tentativas modernas e contemporâneas de eliminá-la acabam por acarretar substituições surpreendentes, como é o caso do materialismo histórico.

A análise tornada clássica, que Max Weber (1864/1920) empreendeu do profetismo será objeto do segundo Guia de Estudo. Com efeito, o aparecimento dos Profetas é fenômeno relativamente tardio, ocorrido séculos depois da consolidação e do apogeu do Antigo Estado Judeu. Sua pregação consiste no anúncio de calamidades terríveis, provocadas por Javé em revida à dissolução dos costumes e abandono da religião tradicional. E, na medida em que os Judeus sofrem invasões estrangeiras e o cativo do país dominador, mais firme e decidida se faz a pregação profética. Assim, atuaram em condições absolutamente adversas, fazendo afirmativas que não podiam ser bem recebidas pelo auditório.

Weber enxerga nesse fato o elemento fundamental na fixação do rumo que seguiu a cultura ocidental, enfatizando a responsabilidade pessoal e induzindo a uma conduta racional.

A elaboração doutrinária nos primeiros séculos do cristianismo é considerada no Guia de Estudo III. Partiu, como não poderia deixar de ser, de um dos Evangelhos, aquele que se revelou como o mais propício a promover discussão de índole teórica: o *Evangelho segundo São João*, também conhecido como *Quarto Evangelho*. Os estudiosos consideram que os Evangelhos nasceram todos como resposta a certas necessidades da comunidade cristã primitiva, só que o *Quarto Evangelho* deu esta resposta dentro de uma perspectiva teológica bem definida.

A par disto, aborda igualmente os textos que definiram a estrutura da Igreja. Em conclusão, procura-se destacar em que consistiria o que denominamos de vivência religiosa da comunidade cristã primitiva.

O amadurecimento da doutrina cristã dá-se na Idade Média, sendo este o objeto do Guia de Estudo IV. Optamos por considerá-la tanto na meditação das grandes figuras que deram conformação à doutrina cristã -- Santo Agostinho e São Tomás, que

estabeleceram os seus traços essenciais--, como na experiência dos grandes místicos, a exemplo de Mestre Eckhart e Teresa de Ávila. Tratando-se de ciclo histórico muito dilatado, procura-se destacar as mudanças históricas que teriam influído, entre outras coisas, na ascensão de determinadas Ordens. A exemplo do Guia anterior, conclui com a caracterização da vivência religiosa no seio da tradição cristã medieval.

Segue-se a abordagem da Reforma Protestante. Do ponto de vista estritamente religioso, consiste numa tentativa de recuperar a experiência do sagrado sem a intermediação da máquina burocrática instituída pela Igreja Católica, que se revelava extremamente custosa e exigia envolvimento crescente com problemas temporais. Contudo, do seu desenvolvimento não resultou a pura e simples volta do estado de espírito que procuramos apreender na descrição da vivência religiosa cristã primitiva e medieval. Emerge uma nova forma de envolvimento com o sagrado. Tenta-se apreender esta nova forma através dos principais textos de Martim Lutero (1483/1546) -- inclusive *De Servo Arbitrio*, em que combate o humanismo de pensadores como Erasmo --, bem como de capítulos selecionados da *Instituição da religião cristã*, a obra fundamental de Jean Calvino (1503/1564). Daremos a conhecer, igualmente, o pensamento de outros reformadores destacados (Guia de Estudo V).

A disciplina encerra-se com a abordagem do ateísmo contemporâneo, com o propósito de desvendar seu fundo místico, tomando como exemplo ao marxismo. São transcritos, a esse propósito, dois ensaios elucidativos: “Elementos escatológicos na filosofia da história de Marx”, da autoria de Walter Rehfeld, e “A religião do materialismo dialético”, do Cardeal Joseph Hoffner.

São os seguintes os Guias de Estudo da disciplina Religião:

- I – REVALORIZAÇÃO DA RELIGIÃO COMO ESTRUTURA CONSTITUTIVA DO HOMEM
- II – O FENÔMENO PROFÉTICO NA PERSPECTIVA WEBERIANA:
- III- ELABORAÇÃO DOUTRINÁRIA NOS PRIMEIROS SÉCULOS DO CRISTIANISMO
- IV- AMADURECIMENTO DA DOUTRINA CRISTÃ NA IDADE MÉDIA
- V- A REFORMA PROTESTANTE
- VI- O FUNDO MÍSTICO DO ATEÍSMO CONTEMPORÂNEO:
O MARXISMO COMO EXEMPLO

5. FILOSOFIA

A exemplo das demais disciplinas integrantes do CURSO DE HUMANIDADES , o estudo da FILOSOFIA pretende fornecer um roteiro para leitura das principais obras.

No primeiro Guia de Estudo, procuramos fixar-lhe o conceito e a estrutura.

A Filosofia aparece na Grécia, por volta do século VI antes de Cristo, quando começa uma indagação para saber se o que se encontra no mundo tem um princípio racional e qual seria este. Naquela altura os gregos dispunham da religião e de alguns relatos sobre sua própria história e o começo do mundo, chamados de mitológicos, isto é, onde é difícil separar fantasia e realidade. A indagação que adiante seria batizada de Filosofia emerge na mesma época em que tem lugar a elaboração de uma Constituição para Atenas, por Sólon (640/558 a. C.), e a transcrição dos poemas homéricos, até então transmitidos oralmente. Antes de atingir o apogeu do Século V, a cultura inicia o processo de diversificação. Supõe-se que a tragédia haja deixado de ser uma cerimônia em idêntico ciclo. A liberalização do sistema político, de que as reformas de Sólon são um marco, irá atribuir um papel cada vez mais destacado aos sofistas, professores de

oratória, em cujo seio, entretanto, surgiu a personalidade (Sócrates) que iria proceder à delimitação do âmbito do saber filosófico.

Nesse quadro que se vai tornando cada vez mais rico e complexo, a filosofia encontra o seu lugar. A Academia Platônica, cuja fundação supõe-se haja ocorrido em 397, simboliza o seu prestígio. A Academia estrutura-se em torno dos ensinamentos de Sócrates que fora condenado à morte dois anos antes. É na esteira de tais ensinamentos que se buscará uma conceituação para a filosofia.

O conceito de filosofia é formulado de modo inseparável da elaboração de um ponto de vista último, que se convencionou denominar de perspectiva filosófica. A filosofia grega adota o ponto de vista de que aquilo que aparece se sustenta numa permanência, que está por detrás. A categoria filosófica fundamental é a da *substância*. Na Época Moderna, seria elaborada uma outra perspectiva, a rigor, diametralmente oposta à grega, segundo a qual só temos acesso ao que aparece, isto é, ao *fenômeno*. As coisas como seriam em si mesmas são inacessíveis.

Tecnicamente, as perspectivas filosóficas denominam-se *transcendente* (a grega) e *transcendental* (a moderna).

Em consonância com essa diversidade de perspectiva, Aristóteles define a filosofia como “a ciência das primeiras causas e dos primeiros princípios” e Kant como “a disciplina que investiga as condições de possibilidade dos diversos tipos de saber”. No século passado, para refutar a ilusão dos positivistas de que, por esse meio, seria possível constituir novas ciências, os neokantianos explicitariam que a inquirição filosófica não aumenta o conhecimento científico.

Na conceituação da filosofia, empreendida da unidade I, estabelece-se uma distinção entre perspectiva e sistema, Os sistemas são elaborados segundo as perspectivas. Mas, enquanto estas são insuperáveis, os sistemas revelam-se transitórios. A estrutura da filosofia comporta ainda os problemas, que são de fato a fonte de sua vitalidade.

O Guia de Estudo II está dedicada à Filosofia Grega, com ênfase em Platão e Aristóteles.

Platão expõe o seu pensamento em forma de diálogo. Neste, Sócrates é a figura central, aquele que faz as perguntas destinadas a conduzir mais longe o raciocínio, e mesmo quando esse papel é desempenhado por outra personagem, segue-lhe o estilo. Considera-se que essa parcela da obra de Platão corresponda à elaboração dos conceitos. Estes são considerados com bastante amplitude, sem a preocupação de ordená-los tematicamente, embora estejam subordinados a uma certa hierarquia.

Além da elaboração conceitual, Platão formula diversas doutrinas. Sua acepção daquela parte da filosofia que depois se chamou de *metafísica* é a de que o sustentáculo das coisas é constituído pelas idéias, estabelecendo também um afastamento muito grande entre os dois mundos (o das coisas e o das idéias), Concebeu, ainda, uma doutrina política, segundo a qual o governo deveria ser entregue aos sábios (aos filósofos).

Aristóteles foi discípulo de Platão, mas depois afastou-se da Academia para organizar a sua própria escola. Revelou-se um trabalhador incansável e possuidor de mente privilegiada. No que respeita à ordenação do saber de seu tempo, sistematizou a elaboração conceitual dispersa na meditação platônica no que depois se denominou de *Lógica* (diversos livros que se convencionou ordenar sob a denominação geral de *Organon*); o que se sabia acerca dos corpos naturais em diversos livros (*Física*; *Do céu*; *Meteorologia*, etc.); formulou os princípios da psicologia, da biologia, da ética, da política, da economia, do conhecimento sobre as artes, etc, E deu forma ao que o saber filosófico tinha de mais específico, numa obra que seus discípulos intitularam de *Metafísica*.

A partir de uma introdução de carácter geral, a fim de que se tenha uma idéia da perspectiva e das principais doutrinas, pretende-se que seja empreendida a leitura de alguns diálogos de Platão (*Timeu*, onde resume o arcabouço de sua filosofia e aqueles em que procede à análise da política, a saber: *Sétima Carta*, *Górgias* e *República*) e de dois dos livros de Aristóteles (*Metafísica* e *Física*).

No estudo das outras disciplinas do CURSO DE HUMANIDADES, procurou-se familiarizar com o processo de reconstituição da filosofia grega, que acabaria sendo um fenómeno tardio na cultura ocidental. Agora, cuida-se de ter presente a situação existente na época em que se inicia a meditação dos primeiros cristãos. Tudo leva a crer que se tenha dado o predomínio do chamado neoplatonismo, onde já se faz presente a influência das religiões orientais, o que talvez explique as preferências da filosofia cristã em seus primórdios. Em Roma, a par da adesão ao platonismo religioso, formulado por Plotino, tem lugar a revisita a filosofias secundárias surgidas na Grécia, em especial o estoicismo, graças à importância atribuída às questões morais. Parece-nos que o conhecimento das *Meditações*, do Imperador Marco Aurélio, proporciona uma idéia geral desse aspecto.

A aproximação entre cristianismo e filosofia grega é entretanto bastante complexa. Atuam como uma espécie de mediação os chamados apologistas. Estes, para defender as crenças cristãs, valem-se dos processos de análise e raciocínio contidos na filosofia grega. São colocados, no mesmo plano, o pensamento hebraico, bárbaro, grego e cristão, a fim de enfatizar a supremacia do último. Contudo, ainda não se trata de uma autêntica elaboração filosófica que adota como premissa os ensinamentos do cristianismo. Tal resultado somente seria alcançado por volta do começo do século XIII, quando se adquire maior familiaridade com o aristotelismo e tem lugar a configuração do que se denomina de Escolástica.

O Guia de Estudo III contém a orientação necessária ao estudo de dois dos principais livros de Santo Agostinho (*Confissões* e do *Livre Arbitrio*).

Em sua primeira fase, aproximadamente até o século X, a filosofia cristã é denominada de *Patrística* para enfatizar a sua proveniência dos ensinamentos religiosos dos Santos Padres.

Como vimos precedentemente na consideração das outras disciplinas deste CURSO, coube à Igreja de Roma a tarefa de preservar e manter um mínimo de vida cultural, nos séculos que se seguiram à queda do Império Romano. Semelhante empenho coroa-se com a criação das universidades, a partir dos meados do século XII, e o florescimento do século XIII, fazendo-se acompanhar do ordenamento do saber sob a égide da teologia, a *Escolástica*, que era a filosofia ensinada do séculos XI ao XIV.

A Escolástica é uma continuação da Patrística, ao mesmo tempo em que apresenta características distintivas ao organizar um sistema que reúne as doutrinas dos Padres e dos Concílios, harmonizando-a com os vários ramos do saber. Seu empenho fundamental é aproximar razão e fé, culminando com a elaboração de São Tomás, no século XIII. Para dar uma idéia do tipo de encaminhamento teórico peculiar ao período, procede-se à discussão do texto da *Suma Teológica* relativo à pessoa humana.

Desde o Renascimento, emerge uma tendência a depreciar a herança medieval, nela, enxergando sobretudo aspectos negativos. Se essa postura serviu para enfatizar a novidade da criação cultural empreendida na Época Moderna, depois de superado esse ciclo de inevitável conflito, corresponde a uma grave deformação tentar-se minimizar o significado da Idade Média. Além da recuperação da cultura clássica, é naquele período que aparecem aquelas tendências que iriam desabrochar plenamente na época posterior, notadamente no tocante à valorização do saber experimental. De modo que, ali não só tem lugar o aparecimento daquilo que se denomina com propriedade de *cultura ocidental*,

como no plano estritamente filosófico equivale a uma fase de grande e fecunda elaboração conceitual.

Quanto ao Renascimento, esteve presente no texto introdutório, A CULTURA OCIDENTAL, quando procuramos destacar seus traços essenciais. No que respeita à filosofia, do mesmo modo que à ciência, o Renascimento não logrou instaurar um novo quadro. Sua principal aspiração consistia em fazer renascer o neoplatonismo, que, circulando na mesma esfera da Escolástica, ao subordinar a filosofia às verdades da revelação, não representava, de fato, uma alternativa. Contudo, veio reforçar a convicção de que a natureza estava escrita em linguagem matemática, impulsionando a observação dos fenômenos celestes que se revelou ser a ante-sala da física moderna. Considera-se aqui a sua contribuição fundamental, relativa ao entendimento da pessoa humana como um valor, bem como a obra de Bruno e de Galileu.

As principais linhas da Filosofia Moderna estão fixadas no Guia de Estudo IV. Entende-se por Filosofia Moderna o tipo de meditação que se defronta com os fatos culturais decorrentes dos descobrimentos, do aparecimento de um saber da natureza de índole matemática e da Reforma Protestante, estruturando-se em torno destes problemas filosóficos basilares: o *conhecimento*, a *ciência* e a *moralidade*. A meditação dessas questões faz emergir novas tradições, as mais importantes das quais seriam o nascimento da epistemologia (teoria do conhecimento científico), impulsionada sobretudo pelos autores ingleses; a estruturação da perspectiva transcendental na obra de Kant.

Para acompanhar o nascimento da epistemologia e os rumos seguidos pela filosofia inglesa, apresentamos guias de estudo destas obras: *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Locke, e *Inquérito sobre o entendimento humano*, de Hume. Considerando a sua relevância e, ao mesmo tempo, a sua complexidade teórica, inserimos Roteiro para estudo inicial da *Crítica da Razão Pura*.

A Filosofia Moderna tem, contudo, muito maior amplitude, além dos dois aspectos antes destacados, isto é, o nascimento da epistemologia e a formação da perspectiva transcendental. Além disto, sobressaem estes aspectos: surgimento da corrente denominada espiritualismo, que se entende herdeira da filosofia antiga; a reelaboração da espiritualidade judaica (Spinoza) e o movimento que passou à história com o nome de idealismo clássico.

O interesse da obra de Spinoza advém da importância de que se reveste a moralidade judaica para a cultura ocidental. Essa moralidade prefigurou determinado tipo de espiritualidade que se singulariza pela simbiose entre moral e religião. Quando, no século XII, Maimonides a aproxima da filosofia grega – a fim de atender à popularidade que esta chegara a adquirir na cultura de sua época –, pretende sobretudo provar que é possível valer-se da obra de Aristóteles para enaltecer as crenças fundamentais do judaísmo. Spinoza encontra-se diante de contexto cultural diverso, aquele que assiste ao nascedouro da física moderna e entende ser imprescindível dar uma feição renovada ao judaísmo tradicional sem abdicar de seu núcleo básico, que se encontra na complementariedade entre moral e religião. Ainda que a própria comunidade judaica haja recusado a inovação, essa proposta viria a encontrar ressonância na hipótese da religião natural, que estudamos na disciplina RELIGIÃO.

O idealismo clássico alemão constitui um momento fundamental da filosofia ocidental. Para a geração pós-kantiana, a tarefa que tinha pela frente era constituir o sistema, levando em conta que a *crítica* estava concluída na obra de Kant. Hegel é, certamente, a principal figura desse movimento. Contudo, pareceu imprescindível apontar a direção que a meditação de Fichte iria imprimir-lhe. Proporciona-se uma idéia do conjunto da obra de Hegel, buscando-se aprofundá-la no que se refere à *Fenomenologia do Espírito* e à *Filosofia do Direito*.

Procura-se também facultar uma visão dos dois pontos de vista segundo os quais foi a filosofia de Hegel criticada em seu tempo: I) através da reivindicação do existente singular, em Kierkegaard; e II) no mesmo plano hegeliano, isto é, das totalidades mas supondo a possibilidade da realização do sistema (na verdade, a pretensão de implantar uma sociedade racional), na meditação de Marx.

As principais vertentes da Filosofia Contemporânea estão apresentadas no Guia de estudo VI. A Filosofia Contemporânea corresponde à reação contra as correntes positivistas emergentes no século XIX que difundiram a crença de que todo conhecimento humano esgota-se na ciência, sendo impossível a metafísica. Essa reação tem diversos referenciais, sobressaindo o neokantismo na Alemanha e o bergsonismo na França. Na época da Primeira Guerra Mundial a interdição positivista achava-se inteiramente superada, florescendo, entre outras correntes, a fenomenologia, o existencialismo e o culturalismo. Recomenda-se o estudo das obras fundamentais que contribuíram para restaurar a filosofia em sua diversidade, devidas a Herman Cohen, Henri Bérson e Jacques Maritain. Levando em conta a contribuição, naquele sentido, do desenvolvimento da ciência, indicamos para estudo a obra *A ciência de a hipótese*, de Henri Poincaré

Chamamos a atenção para o fato de que a Filosofia Contemporânea expressa-se através de filosofias nacionais. Trata-se do coroamento de um fenômeno que aparece ainda na Filosofia Moderna. Essa circunstância não afeta a universalidade da filosofia como o demonstra a obra *Experiência e cultura*, de Miguel Reale, indicada para estudo. A possibilidade de filosofias nacionais resultam da quebra de unidade lingüística ocorrida na Época Moderna. Contudo, não advêm dessa circunstância, mas da preferência por determinados problemas teóricos.

São os seguintes os guias de estudo da disciplina *Filosofia*:

- I – CONCEITUAÇÃO E ESTRUTURA DA FILOSOFIA
- II – PLATÃO E ARISTÓTELES
- III – PRESERVAÇÃO DA PERSPECTIVA TRANSCENDENTE PEL ESCOLÁSTICA E O RENASCIMENTO COMO FASE DE TRANSIÇÃO
- IV – PRINCIPAIS LINHAS DA FILOSOFIA MODERNA
- V -- A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

6. CIÊNCIAS

A ciência moderna é um tipo de saber diferente da ciência antiga. Os que seguiram o curso, e tiveram oportunidade de tomar contato com a *Física* de Aristóteles, puderam verificar que se trata ali de uma especulação acerca do movimento e outras categorias a este relacionadas. Ao mesmo tempo, contudo, Aristóteles estimulou o registro e a catalogação de animais, de igual modo que a observação dos astros. Esta parte da investigação que ajudou a organizar no *Liceu* de Atenas, transplantou-se para o Museu de Alexandria e foi posteriormente desenvolvida. Quando se deu a reintrodução, no Ocidente, daquilo que se preservou da cultura grega, o saber escolástico, eminentemente especulativo e voltado para temas de índole religiosa, já se achava estabelecido. O que se incorporou do saber antigo, além da filosofia aristotélica, foram a teoria geocêntrica e a geografia de Ptolomeu. De modo que a suposta tradição iniciada pelo Museu de Alexandria somente muito mais tarde iria despertar a curiosidade dos sábios. Este é um fenômeno da época do Renascimento. Assim, o conhecimento das hipóteses científicas que procedem da antigüidade não tem maior interesse para a cultura geral, isto é, dificilmente ter-se-ia uma visão apropriada do evento sem a leitura de muitas obras,

representando certamente um desvio da linha que nos propusemos. De todos os modos, vale a pena tomar contato com os *Elementos* de Euclides, livro a que muito deve o prestígio que o raciocínio matemático veio a adquirir, bem como alguns ensaios de Arquimedes.

A propósito de Euclides, escreve L.W.H. Hull: “Sua obra mais importante, os *Elementos*, é um dos livros mais influentes da história da humanidade. Euclides dava nesse livro um quadro sintético de toda a geometria grega do círculo e da reta, e da teoria dos números então conhecida. Trata também da geometria tridimensional do plano, da esfera e dos sólidos regulares. A matéria de sua exposição é devida, em sua maior parte, a matemáticos anteriores, como Pitágoras, Eudoxo e Hipócrates de Quió. A principal contribuição de Euclides é obra de seu gênio para a organização e a disposição lógica do material. Reuniu os teoremas conhecidos cobrindo hiatos lógicos e formulando novas demonstrações quando se fez necessário, e chegou assim a construir um grande sistema dedutivo. Reduziu consideravelmente o número das proposições indemonstradas das que dependia a parcela demonstrada. Estabeleceu um novo critério de rigor, e também às vezes de elegância, na demonstração. Criou um estilo de exposição que, dois mil anos mais tarde, ainda seria apreciado por Newton.” (*História e filosofia da ciência*, tradução espanhola, Barcelona, Ariel, 1961, p. 97/98).

A descoberta do significado da obra de Arquimedes é posterior, datando do século XIX. Além de haver desenvolvido e ultrapassado a geometria sistematizada por Euclides e ter realizado diversos inventos – contribuindo assim para evidenciar o aspecto operativo do saber científico, de que não se tinha uma idéia muito clara em seu tempo –, considera-se como fundador da hidrostática (parte da hidromecânica, que estuda o equilíbrio dos líquidos e dos gases, sujeitos à gravidade), cuja configuração decorreu basicamente dos progressos alcançados pela engenharia – e dos problemas teóricos que suscitou –, notadamente a partir da segunda metade do século XIX.

Contudo, o essencial é ter uma noção da novidade representada pela ciência moderna e conhecer as obras mais representativas no contexto histórico em que aparecem.

A novidade é conceituada deste modo, por Hull, no livro antes citado: “A lei da inércia, base da nova física, foi parcialmente estabelecida por Galileu, mas é justo continuar chamando-a primeira lei newtoniana do movimento. A lei afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo a menos que atue alguma força. A fórmula *se não há força atuando não há movimento* é substituída pela fórmula *se não há força atuando não há mudança de movimento*. A palavra acrescida constitui uma novidade radical. Aristóteles, com efeito, definia a força como a causa do movimento; Newton define-a como a causa das mudanças de movimento” (ed. cit., p. 190). A par disto, o novo saber busca, de forma radical e conseqüente, introduzir a medida, segundo o lema que chegou a tornar-se espécie de divisa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: “*Só se pode conhecer bem um fenômeno quando é possível exprimi-lo por meio de números (Kelvin)*”.

É importante também ter presente que a ciência moderna em seus primórdios, está envolvida numa polêmica com a Igreja Católica, o que acarretou a solidariedade dos protestantes – sem que isto significasse, naturalmente, comprometimento com as suas teorias. Essa circunstância ensejou um movimento, na Europa, que teria conseqüências significativas na cultura luso-brasileira. Tal evento foi denominado de *movimento cientificista* pelo fato de que pretendia exaltar a ciência e torná-la reconhecida pela sociedade. Logrado o objetivo que se propunha, o movimento cientificista não desaparece da cena para deixar que a ciência ocupe o seu lugar. Muito ao contrário, segue um curso autônomo, curiosamente em aberto conflito com a ciência. É esse

movimento cientificista, subsquente à institucionalização da ciência, que iria marcar profundamente a cultura luso-brasileira, onde muito se fala de ciência e pouco se faz no sentido de compreendê-la e desenvolvê-la.

A partir das considerações precedentes pode-se estabelecer que os objetivos da disciplina CIÊNCIAS, no CURSO DE HUMANIDADES consistem no seguinte:

- 1) Compreender a especificidade da ciência moderna, em seu sentido próprio, tanto como descoberta da verdade como saber de índole operativa, de modo a evitar o equívoco muito frequente em nossa cultura onde se supõe que os outros tipos de saber, para ter alguma validade, deveriam perder a sua especificidade e reduzir-se à ciência, ou ainda que esta acha-se conclusa e acabada, não nos restando nada a fazer senão cuidar de sua aplicação;
- 2) Dispor de uma informação razoável acerca de algumas obras representativas da natureza do pensamento científico e não propriamente de conhecimento aprofundado e exaustivo do conjunto das descobertas científicas e suas conseqüências; e,
- 3) Ter uma noção clara do contexto histórico em que emerge e se desenvolve a ciência, sobretudo para ser capaz de distingui-la do movimento cientificista e saber identificar a presença deste último na atualidade brasileira.

Levando em conta ser da tradição dos estudos humanísticos, conhecer a obra de Euclides e Arquimedes, como representantes de um tipo de investigação que seria desenvolvida no Museu de Alexandria, indicamos para conhecimento os *Elementos* de Euclides e alguns ensaios de Arquimedes. Do primeiro, embora exista tradução portuguesa, esta constitui raridade bibliográfica. São acessíveis as traduções espanhola, francesa e inglesa. Esta última é parte integrante dos *Great Books* da Britânica. *Ensaio* de Arquimedes, foram igualmente incluídos nos *Great Books* da Britânica, traduzidos de sua obra, aparecida entre 1910 e 1915 (*Opera Omnia*, ed. preparada por H. J. Helberg, contendo o texto grego e a tradução latina), de que se dispõe também de edição francesa (*Oeuvres complètes*, trad. Paul Ver Ecke, Paris, Gauthier-Villiers, 1921).

O mérito do contato com os *Elementos* de Euclides (de quem se dispõe de poucas informações de origem biográfica, supondo-se que haja trabalhando no Museu entre 320 e 260 a. C.), conforme indicamos, consiste em compreender a capacidade persuasiva do raciocínio matemático. Na época de Euclides, o cálculo ainda não se achava desenvolvido – e muitos estudiosos consideram que essa possibilidade somente se criou com a introdução da notação arábica –, de modo que a obra não contém demonstrações matemáticas propriamente ditas, mas o simples raciocínio. A esse propósito, escreveram os autores da *História ilustrada da Ciência* da Universidade de Cambridge:

“A fama de Euclides repousa basicamente nos *Elementos*, síntese sistemática da geometria grega que, até muito recentemente, foi a base de todo o ensino dessa ciência no Ocidente. Na verdade, sua influência foi muito maior; considera-se que seu método de síntese – seus axiomas, postulados, teoremas e provas – afetou o pensamento ocidental muito mais do que qualquer outro livro, exceto a Bíblia. Teve, por certo, um efeito profundo no modo pelo qual os problemas são resolvidos, pois é magistral a maneira lógica com que Euclides faz cada proposição seguir-se às previamente demonstradas. Suas provas mostram o poder intelectual dessa técnica e algumas são, até certo ponto, engenhosas”. (Obra cit., vol. I, p. 117).

De Arquimedes (c.287/212 a.C.) diz Hull o seguinte: “Arquimedes foi o matemático mais penetrante da Antigüidade e talvez a inteligência mais aguda de toda a humanidade, até o Renascimento. É um homem da classe de Shakespeare, Newton, Michelângelo ou João Sebastião Bach” (ed. cit., p. 107). Embora o estudo integral de sua obra exija consideráveis conhecimentos matemáticos, os ensaios selecionados pela Britânica

pretendem sobretudo ilustrar a engenhosidade de seu raciocínio e também apresentar a parte da geometria a que deu acabamento definitivo. Entre aqueles destacam-se “Sobre a esfera e o cilindro”, “Medida do círculo”, “Sobre o equilíbrio e o centro de gravidade dos planos”, “O contador de areia” e “O método para tratar problemas mecânicos”, e atendem perfeitamente àquela finalidade.

Para que se tenha uma idéia da singularidade do procedimento científico, do seu curso histórico e sucessivo enriquecimento, entendemos ser indispensável começar por estas três obras: *Explicações científicas*, do pensador brasileiro Leônidas Hegenberg; *A ciência e a hipótese*, de Henri Poincaré, indicado precedentemente para ajudar na avaliação do enfraquecimento do cientificismo, decorrente do caminho seguido pela ciência no século XX; e *O papel do cientista na sociedade*, de Joseph Ben David (1920/1986). Hegenberg é o responsável pela difusão no Brasil dos textos contemporâneos da filosofia da ciência e Ben David traça um panorama do desenvolvimento alcançado pela ciência, desde Newton, com ênfase nas peculiaridades registradas em alguns países, apontando as razões de sua peregrinação.

Finalmente, *A ciência e a hipótese*, de Poincaré (1854/1911) é um livro fundamental para os destinos da ciência. Na segunda metade do século XIX, chegou a encontrar acolhida, nos meios científicos, a idéia posta em circulação pelo positivismo de que a ciência achava-se pronta e conclusa. Reconhecido como um dos maiores matemáticos de seu tempo, Poincaré jogou todo o peso do seu prestígio na derrota daquela teoria, que de fato equivalia à morte da ciência. A revalorização da hipótese efetivada por sua obra permitiu a renovação do entendimento da ciência e a acolhida posterior de novas contribuições, como as de Karl Popper (1902/1994).

No que se refere à evolução dos principais ramos da ciência, sugerimos que esse conhecimento se faça tomando separadamente a física, a química e a biologia. Sabemos que o desaparecimento das fronteiras entre tais ramos do saber e a sua confluência constituem uma de suas linhas de desenvolvimento. Contudo, a cultura geral não exige – e tampouco impede, certamente – que a pessoa se enfronhe em todos esses meandros. E, mesmo neste último caso, sem uma compreensão prévia de seu curso isolado, ninguém pode fazê-lo.

O nascedouro da física moderna dá-se com o livro *Princípios da filosofia matemática da natureza* (1687), de Isaac Newton – de que se dispõe de traduções brasileiras recentes, uma das quais incluídas na coleção Os Pensadores da Editora Abril. O caminho para esse resultado seria aberto por Galileu. Desse autor, estamos recomendando o estudo de *O Ensaíador* (1623) e *Diálogo sobre os dois maiores sistemas* (1632). Somente do primeiro dispõe-se de tradução ao português. Do segundo conta-se com uma primorosa edição espanhola. Para o curso que empreendeu no século XX, recomenda-se o livro de Albert Einstein *A evolução da física* (1930).

Os livros indicados de Galileu (1564/1642) e Newton (1642/1727) permitem verificar como o método de Euclides foi aplicado com rigor à análise dos fenômenos físicos. As três leis do movimento são conhecidas. De modo que o contato direto com o seus formuladores tem sobretudo o propósito de estimular o conhecimento das fontes e não dos simples divulgadores. É óbvio que essa regra não se aplica a todos os grandes livros da ciência, muitos dos quais pressupõem conhecimento especializado que não é nosso propósito recomendar sendo por isto mesmo imperativo, para quem deseja compreendê-los adequadamente, recorrer aos expositores. Tal parece ser o caso da teoria da relatividade de Einstein (1872/1954) ou da teoria dos *quanta*, de Max Plank (1858/1943), exigentes de grande familiaridade com a matemática. Entretanto, o livro indicado de Einstein é perfeitamente acessível.

O desenvolvimento alcançado pela pesquisa relacionada ao átomo e à energia é objeto do livro *Atomic Quest – a Personal Narrative*, de Arthur Compton (1892/1962), de que não se dispõe de tradução ao português.

No tocante à química, o texto básico inicial é *O Tratado elementar de química*, de Lavoisier (1743/1794). Tem o mérito de situar, temporalmente, o desenvolvimento dessa ciência no que tange à aplicação do novo método. Introduziu com sucesso a medida na análise dos processos químicos. Lavoisier ainda supõe que o calor seria proveniente de uma substância autônoma que denominou de calórico, típica reminiscência da fase anterior, cuja superação teria que ser complementada. O passo nesse sentido seria dado por Mendeleev (1834/1907), que elabora uma tábua racional e lógica dos elementos.

A extensão do método à biologia seria obra de Mendel (1822/1884), que ficou ignorado em seu tempo, sendo redescoberto no começo do século XX. Trata-se da primeira formulação relativa aos **genes**, que marcaria em definitivo os destinos da biologia. Para fazer-se uma idéia do desdobramento dessa hipótese, sobretudo a confluência que se dá com a química, originando-se a disciplina chamada bioquímica, indicamos *The Double Helix* (Penguin, 1968), de James Watson (nascido em 1928), de que não há tradução ao português. Watson estabeleceu a estrutura do DNA, juntamente com Francis Crick (nascido em 1916). Os dois cientistas entraram numa disputa mesquinha a propósito da paternidade da revolucionária descoberta. Sem tomar partido quanto a isto, todos os estudiosos consideram que o livro em apreço corresponde à sua melhor exposição. Paul Stratfern, conhecido historiador da ciência, a propósito dessa obra teria oportunidade de escrever o seguinte: “Melhor autobiografia em primeira mão de uma descoberta científica já escrita, repleta de detalhes pessoais quanto de ciência. Tendenciosa (contra Francis Crick, é claro), mas uma excelente leitura para cientistas e não cientistas também”. Nesse processo, *A origem das espécies*, de Darwin (1809/1882) é um livro fundamental na medida em que promoveu a laicização do conhecimento da natureza. A edição comemorativa do centenário de sua morte (1982), realizada pela Melhoramentos, contém uma introdução de Richard F. Lakey que a situa não apenas em relação às hipóteses anteriores como aponta as confirmações e retificações introduzidas posteriormente.

A uma pessoa possuidora de cultura geral, é importante estar informada das principais linhas de desenvolvimento da ciência em nosso tempo. Acreditamos que esse contato com as principais obras é uma forma adequada de fazê-lo, no que tange ao essencial. Quem achar que não pode prescindir de uma visão mais completa, consultará com proveito o volume dedicado ao século XX (vol. IV) da *História ilustrada da Ciência*, da Universidade de Cambridge (ed. Jorge Zahar/Círculo do Livro).

II. AS OBRAS LITERÁRIAS NO CÂNON OCIDENTAL

Leonel Trilling exprime a convicção de que o pior e o melhor da aventura humana passam sempre pelos livros e que estes nos ensinam a viver ... A literatura deve nos aproximar da experiência humana e de seus efervescentes mistérios.

Mário Vargas Llosa – *El lenguaje de la pasión* (2000)

1. Critérios para estruturação do Cânon

Da maneira mais habitual, Cânon (Cânone) é o nome que se dá às ciências normativas em geral (por extensão: direito canônico, conjunto das decisões dos papas e concílios, obrigatório para toda a Igreja Católica). O Cânon Ocidental corresponde àquelas obras que marcaram e definem a nossa cultura. O pressuposto de sua organização seria a admissão da existência de um patrimônio comum ao Ocidente. A missão de preservá-lo foi atribuída inicialmente aos mosteiros, passando em seguida à Universidade medieval. Com a Reforma Protestante e o surgimento da ciência moderna, ocorre um grande choque em relação ao entendimento do seu conteúdo. A radicalização daí decorrente explica que Napoleão haja simplesmente fechado a Universidade Francesa (Sorbonne) e Pombal tenha destruído a Universidade tradicional portuguesa para colocar em seu lugar uma nova instituição onde fosse admitida a ciência. Quando os ânimos se acalmaram, encontrou-se uma fórmula para o ingresso da ciência no Cânon, fazendo-o através das obras marcantes e decisivas de seu rumo.

A forma de preservação do pretendido patrimônio comum tem variado segundo os países. Em muitos deles, fazem-no nos cursos de nível secundário. No mundo anglo saxão surge uma experiência interessante. Tradicionalmente, o ingresso na Universidade dava-se através de uma Faculdade (Liberal Arts) incumbida de proporcionar cultura geral a todos que nela ingressavam. Com a expansão do ensino profissional de nível superior, aquela praxe circunscreveu-se às universidades tradicionais (Estados Unidos) e, na Inglaterra, ao instituto que preservou o nome de Universidade, com matrícula reduzida. Em compensação, nos Estados Unidos criou-se o Endowment for Humanities, incumbido de fomentar a cultura geral de forma independente das instituições de ensino, com resultados verdadeiramente espantosos. Na Inglaterra, a Open University, em associação com a BBC, mantém programas dessa índole da melhor qualidade.

Os percalços encontrados pela preservação do patrimônio cultural comum, antes apresentado de modo sumário, não poderiam deixar de originar disputas quanto ao seu conteúdo – e até mesmo quanto à sua validade. Não tendo cabimento enfrentar aqui estes problemas, o que nos levaria a tangenciar o presente objetivo, vamos nos limitar à explicitação das divergências que têm a ver com a maneira pela qual as obras literárias participam do Cânon Ocidental.

O modelo mais acabado do Cânon Ocidental é aquele preservado pelo St John's College, dos Estados Unidos, justamente o que serviu de inspiração para a publicação dos Great Books da Enciclopédia Britânica. Seu eixo central é integrado pelas obras que refletem a evolução da meditação filosófica, do pensamento político, da discussão em torno da fundamentação da moral – disciplina que se consagrou com o nome de Ética – e dos debates suscitados pela religião. As obras literárias ali incluídas, selecionadas com o mesmo rigor das precedentes, são aquelas que contribuíram para fixar facetas marcantes

da pessoa humana. Ao todo, a lista do St John's compreende cerca de 120 autores, dos quais 25 de obras literárias consagradas. Trata-se de um curso ministrado em quatro anos letivos. De um modo geral, contudo, as diversas instituições voltadas para a difusão da cultura geral partem do reconhecimento de que ninguém conseguirá ler tudo nem inteirar-se de tudo. O Cânon objetiva proporcionar um fio condutor e, ainda que estruturado com o máximo de realismo, jamais constituirá uma camisa de força.

O modelo do Instituto de Humanidades compreende cerca de 140 livros, de aproximadamente 100 autores, abrangendo estudiosos da cultura, da moral, da religião, filósofos e cientistas, aos quais acrescentamos as obras literárias mais importantes, segundo os grandes ciclos históricos (cerca de 60 títulos, de aproximadamente 25 autores).

Nos Estados Unidos surgiu uma vertente que privilegia o critério estético na constituição do Cânon. Sua figura mais expressiva é Harold Bloom, professor de literatura inglesa na Universidade de Yale. Define-o precisamente como "cânon literário", no qual inclui "apenas as obras religiosas, filosóficas, históricas e científicas de grande interesse estético em si."

O critério para a seleção de obras literárias não poderia ser diferente daquele que norteou a escolha dos demais textos capazes de facultar cultura geral. A cultura geral deve, antes de mais nada, proporcionar familiaridade com os valores da cultura ocidental, assimilados criativamente de forma a poder avaliar, com equilíbrio, a experiência da civilização em que se insere -- formada no seio daquela cultura -, enquadrando-a numa adequada perspectiva histórica. Subsidiariamente, incumbe-lhe contribuir para a capacitação no expressar-se de modo correto e no conhecimento da tradição literária nacional e, ainda, conhecer o objeto, o método e a história das principais disciplinas científicas.

A familiaridade com a cultura geral deve levar à compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento e que não se secciona em compartimentos estanques. Tal compreensão há de resultar de uma atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações bem como do compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Ainda que o critério de incorporação de obras literárias ao Cânon não possa tangenciar os objetivos descritos, cabe ter presente uma diferença fundamental no modo como delas nos aproximamos. Em relação às outras disciplinas em que se costuma agrupar as obras integrantes do Cânon (história; política; moral, religião e filosofia), o curso de humanidades terá que proporcionar roteiros ou guias aptos a facilitar o seu estudo. No caso das obras literárias, entretanto, o curso recomenda apenas a sua leitura, ainda que instruídas por guias ou roteiros. Por esse motivo, a lista a que chegamos pode ser perfeitamente ampliada, em razão das preferências de cada um, já que não requer o tempo e o esforço exigido pelas disciplinas antes enumeradas.

Os biógrafos de Edmund Wilson, famoso crítico literário norte-americano, registram que tendo ficado sem ter o que fazer, na frente de batalha em que se encontrava, na França, na Primeira Guerra Mundial, entre a cessação das hostilidades naquela região e assinatura do armistício, período que se prolongou por quinze meses, leu não só todas as grandes obras de literatura como os autores conhecidos na época, no total de duzentos livros. De modo que as pessoas que tenham adquirido o hábito de leitura cumprirão sem dificuldade o programa aqui proposto.

2. A literatura no primeiro ciclo da cultura ocidental

O surgimento da imprensa, no século XV, teve uma influência muito grande nos destinos da literatura e da própria cultura como um todo. No período anterior, os livros

eram copiados a mão, em folhas de pergaminho. Processo custoso e lento, somente os conventos tinham condições de efetivá-lo. Com a criação das Universidades, a partir do século XIII, estas absorvem aquela tarefa. Na Europa foram preservados tais livros e sua visitação é parte de roteiros turísticos em diversos países. Constituem autênticas obras de arte. A preferência das cópias recaía sobre obras colocadas ao serviço da religião, abrangendo naturalmente os textos eruditos.

A literatura propriamente dita – ou aquilo que poderia ser tomado como tal – transmitia-se oralmente. Sua forma principal era a difundida por músicos ambulantes, comumente denominados de jograis (ou jograis-recitadores). Dirigia-se a um público seletivo, seja nas cortes seja nos primeiros ajuntamentos, muitos dos quais se transformariam em burgos, que, por sua vez, deram origem às cidades. Parte dessa espécie de literatura chegou a ser preservada.

O típico da sociedade medieval veio a ser, entretanto, as novelas de cavalaria. Conquistaram uma grande popularidade na Idade Média. Admite-se que haja experimentado um primeiro ciclo (bretão ou arturiano) que tem ao Rei Arthur e seus cavaleiros como protagonistas. Arthur é o lendário rei da Inglaterra cantado em prosa e verso por sir Thomas Malory (falecido em 1471), que havia sido precedido por Chrétien de Troyes, poeta francês do século XII. A exemplo do que aconteceria mais tarde com as figuras marcantes das tragédias gregas, heróis e histórias relacionadas a Arthur – Lancelot, Perseval, o Cálice Sagrado-- foram incorporados à cultura ocidental em vários dos tipos de espetáculos, inclusive filmes. Ao ciclo arturiano segue-se o chamado ciclo carolíngio, assim chamado por dizer respeito a Carlos Magno (747/814), rei da França desde 768, a quem se atribui a criação, em 800, do Sacro Império Romano-Germano. Por ser considerada uma espécie de amostra paradigmática, desse tipo de literatura, a Canção de Rolando costuma ser incluída no Cânon. Os interessados numa visão mais ampla, lerão com proveito os estudos de Georges Duby dedicados ao tema, de que se dispõe de tradução portuguesa. Entre outras coisas, esse estudioso francês promoveu a edição do testamento de um cavaleiro inglês que constitui magnífico documento para a compreensão da mentalidade de elite que deu origem à nobreza medieval. A tradução ao português intitulou-se Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo.

No século XIII tem lugar o encontro com as obras clássicas da Grécia e de Roma Antigas. Disso resultou, como se sabe, a adoção pelo Ocidente do direito romano e da filosofia grega. Ainda que o impacto da descoberta, no plano das letras e das artes, somente se haja verificado mais tarde, com o Renascimento, os Contos de Cantuária, de Geoffrey Chaucer (aprox.. 1340/1400) -- cuja leitura é indicada e que marca a transição para uma outra forma de expressão literária -- já refletiria a influência dos clássicos.

Nos Contos de Cantuária, o “Conto do Cavaleiro” evidencia que a tradição de cantar as vitórias de Carlos Magno contra os infiéis e os feitos do Rei Arthur e dos Cavaleiros da Távola Redonda não foi de todo abandonada, embora agora apareça em forma de transplante da novela de cavalaria para a Grécia Antiga. Mas o forte de Chaucer é o retrato dos tipos humanos que compõem o grupo de peregrinos --cada um incumbido de contar uma história-- elemento que passará a consistir no principal resultado do tipo de influência que as obras clássicas exercerão adiante. Na espécie, a Mulher de Bath e o Vendedor de Indulgências tornaram-se arquétipos de criaturas cínicas, na linha que viria a ser consagrada pelos principais autores do Renascimento, em especial o maior de todos, Shakespeare.

3. O impacto das obras clássicas: o Renascimento

A descoberta das obras clássicas pela civilização medieval européia dá-se por intermédio dos árabes que ocupavam a Península Ibérica. Embora não se possa dizer

que se tivessem tornado os herdeiros da cultura consolidada pelo Império Romano, após a sua derrocada, pelo domínio que alcançaram na região tinham a posse das instituições em que aqueles textos se preservaram, trazendo-os para a Espanha. A partir dos séculos XII e XIII, passa-se a dispor de traduções latinas de Aristóteles, Galeno, Euclides, etc. A interpretação de Aristóteles por eruditos islâmicos precede as iniciativas de idêntica índole, de parte dos cristãos. No século XIV a Escolástica, isto é, o conjunto do saber aprovado pela Igreja, já se tornara caudatária de Aristóteles, notadamente graças aos ensinamentos de São Tomás.

O Renascimento difere radicalmente dessa postura inicial. Agora o contato com a tradição clássica assume outra característica. Ainda no século XIV surge a idéia de tomá-la como padrão de estilo literário, na obra de Francesco Petrarca (1304/1374) e seu contemporâneo Giovanni Boccaccio (1313/1375). Semelhante proposição desabrocharia muito mais tarde, proporcionando ampla renovação literária, tanto nos principados italianos como na França, na Inglaterra e na Península Ibérica.

Como não poderia deixar de ser, a exemplo do que se deu nas demais disciplinas, também no que se refere à literatura a herança greco-romana é parte integrante do patrimônio que ao Cânon incumbe preservar. Do mesmo modo que tomamos contato com as principais obras de Platão, Aristóteles ou Cícero, entre outros, no caso da literatura cabe fazê-lo no que tange a Homero, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Virgílio e Ovídio. De todos esses autores dispomos de traduções primorosas aptas a nos permitir que percebamos o quanto de ambicioso residia no projeto de imita-los, a que se lança a intelectualidade italiana do século XV, tamanha a força da tragédia grega ou do poema épico de Virgílio. Lendo a Virgílio em nosso tempo é fácil dar-se conta das razões do fascínio que exerceu sobre Dante Alighieri e o papel que teve no culto da poesia épica, gênero de dificuldade à primeira vista insuperável.

A renovação proporcionada pelo Renascimento não se ateve exclusivamente à literatura. A renovação artística é idêntica ou mais expressiva.

Do Renascimento proveio o impulso inicial para a adoção de nova temática no estudo da política, com a obra de Maquiavel (1469/1527) e também para a difusão da hipótese de que a natureza poderia estar escrita em linguagem matemática, hipótese frontalmente contraposta à dominante física aristotélica.

É também nesse período histórico que se procede à crítica da Igreja, em especial pela mão de Erasmo (1460/1536). No desfecho colossal representado pela Reforma Protestante intervieram outros elementos além desse desejo de abertura a outras fontes de pensamento e sua expressão, em especial a intransigência do Papado. Por isto mesmo diz-se que o Renascimento veio a ser sobretudo uma transição para a Época Moderna, não chegando a constituir um ciclo autônomo e acabado da cultura ocidental. Toma-se como símbolo de seu término – e, ao mesmo tempo, do impedimento a seu pleno desabrochar – o auto de fé em que Giordano Bruno (nascido em 1548) foi lançado à fogueira, juntamente com sua obra, em Roma, no dia 17 de fevereiro de 1600.

As principais obras do período seriam da lavra de Rabelais (1495/1553), consagrado autor de Gargantua e Pantagruel; Montaigne (1533/1592), cujos Ensaaios continuam a ser festejados; e o maior de todos eles: Shakespeare (1564/1616). O movimento alcançou ainda a Península Ibérica, onde sobressaem Cervantes (1547/), na Espanha, e , em Portugal, Luís de Camões (1524/1579), extraordinário poeta, criador da língua literária portuguesa.

Harold Bloom enfatiza que Shakespeare “alterou o nosso modo de representar a natureza humana”. Criou personagens aos quais “somos capazes de conhecer melhor que a nós próprios”. E mais: “o verdadeiro diferencial shakespeariano, a singularidade do seu gênio ... reside em sua universalidade, na convincente ilusão (será ilusão?) de que

ele povoou um mundo, extremamente semelhante ao nosso, de homens, mulheres e crianças dotados de uma naturalidade sobrenatural. Cervantes rivaliza com Shakespeare na criação de duas personalidades gigantescas: Dom Quixote e Sancho Pança. Mas Shakespeare produziu personalidades às centenas”

4. Os séculos XVII e XVIII

É de todo lícito afirmar que a literatura do século XVII segue o influxo dos grandes autores do Renascimento, em especial os seus últimos representantes como Shakespeare ou Cervantes. Esquemáticamente poder-se-ia dizer que esse impulso estaria presente na ênfase em criar tipos humanos capazes de enriquecer a galeria precedente e, ao mesmo tempo, manter a primazia dos textos poéticos e das peças teatrais. A grande exceção seria John Milton (1608/1674), na Inglaterra, que, a par da poesia nos moldes tradicionais, produziu o que se considera seria o maior poema épico em língua inglesa: Paraíso Perdido.

Milton soube dar uma dimensão humana ou --se for preferível --, literária, aos personagens bíblicos. Harold Bloom considera que o “Satanás de Paraíso Perdido é discípulo do lago de Shakespeare, grande mestre da cilada. Satanás não tem a estirpe pobre de lago, mas é (por assim dizer) um diabo autêntico e esperto que faz o melhor possível para progredir, e o leitor deve oferecer-lhe todo o estímulo”. Aproxima o seu comportamento de uma dimensão humana que, subseqüentemente, seria muito estudada: o ressentimento. Prossegue Harold Bloom: “Satã, assim como seu predecessor, lago, sofre em decorrência do Mérito Ignorado, pois foi preterido por Cristo, assim como lago foi preterido por Cássio. A sensação de Mérito Ignorado costuma gerar ressentimento, e, tanto lago como Satanás são verdadeiros arquétipos de todos os ressentidos em nossos dias”.

No mesmo século, do outro lado do canal da Mancha, na França, aparece um conjunto de notáveis escritores, devotados ao teatro. Dois deles sobressairiam na tragédia (Pierre Corneille – 1606/1684; e Jean Racine – 1639/1699). O terceiro viria a ser festejado autor de comédias: Molière, nome artístico e literário de Jean-Baptiste Poquelin (1622/1673). Conseguiu tornar cômicas situações que poderiam perfeitamente ser encaradas de ângulo trágico. O seu personagem Alceste –que se admite tenha muito de auto-biográfico – sabe que a mulher o engana mas na peça Molière apresenta a situação de tal modo que a platéia é instada a cair na gargalhada. É a isto precisamente que Bloom chama de gênio.

No Cânon, Milton e Molière representam magnificamente o esplendor da literatura européia do século XVII. Desse século, incorpora ainda um outro escritor francês que teve uma idéia das mais originais: apresentar situações humanas como se de animais se tratasse. E o fez em forma de fábulas. Chamava-se La Fontaine (1621/1695). Seus “personagens” fabulosos não ficaram como marca de certo tempo ou determinado país, revestindo-se de feição perene.

No século XVIII consolida-se uma outra forma de expressão literária que, se bem possa ser localizada antes, assume feição acabada primeiramente na pessoa de dois autores ingleses: Daniel Defoe (1660/1731) e Jonhatan Swift (1667/1745) Consiste no romance.

Na Idade Média apareceram textos com essa denominação. O Roman de la Rose, pelo caráter picante da história teve muita popularidade. O estudioso português Affonso Lopes Vieira (1878/1946) reconstituiu a versão portuguesa da rocambolesca vida de Amadis (séculos XIII e XIV). Menendez y Pelayo, ilustre crítico espanhol, diz a propósito que “o autor de Amadis fez alguma coisa mais que um livro de cavalaria à imitação dos poemas do ciclo bretão: escreve a primeira novela idealista moderna e a epopéia da fidelidade

amorosa, o código de honra e da cortesia, que disciplinou muitas gerações”. A história de Amadis apresenta certamente muitas singularidades: as guerras não se constituem, no centro mas as peripécias do amor; além disto, abrange diversos territórios, mais tarde tornados nações autônomas.

Contudo, o romance moderno – que sem exagero pode-se considerar uma invenção dos grandes autores ingleses da primeira metade do século XVIII, em especial Defoe e Swift – a rigor nada tem a ver com os mencionados ancestrais. Os ingleses mencionados pretenderam valer-se de seus relatos para encetar uma pregação moral. No prefácio de *Moll Flanders*, ao descrever o manuscrito que simula haver recebido e indicar como o editou, esforçando-se por tornar decentes as memórias de uma devassa, Defoe não faz segredo de suas intenções e escreve: “Para se relatar a vida de uma corrupta e seu arrependimento, é preciso que se apresentem os trechos menos inocentes com a mesma crueza da história verídica, até onde seja suportável, a fim de que ilustre ou ressalte o trecho do arrependimento que é com certeza o melhor e o mais belo, caso venha apresentado espirituosa e vivamente”.

A intenção moralizante de Defoe e Swift viria a ser solenemente ignorada. Sua obra sobreviveu e tornou-se duradoura, interessando vivamente o leitor das épocas que não eram a sua, por nos tornar partícipes dos dramas vividos por seus personagens, criaturas vivas com as quais chegamos a adquirir familiaridade, como pretende Harold Bloom. Além disto, à obra poética para ser encenada – que era até então a forma mais prestigiada, ao lado do poema épico mais raramente tentado – acrescentam o romance como o conhecemos.

Logo a seguir, a literatura passará a oscilar ao sabor das correntes literárias, cumprindo determinar como as considera a cultura geral, preocupada com a formação de pessoas cultas e não de especialistas.

5. O Romantismo e as correntes literárias

No século XVIII europeu, parecia que a literatura dos principais países havia assumido uma feição definitiva, em especial na Inglaterra, onde o romance consolida-se, distinguindo-se claramente do conto, da poesia e das peças teatrais, estivessem estas escritas em prosa ou verso. A idéia de apogeu e pleno acabamento da cultura ocidental é claramente expressa pelo denominado iluminismo. Emmanuel Kant (1724/1804), que se considera como o mais importante filósofo do Ocidente define-o como sendo a maturidade da espécie humana, expressa na decisão de submeter a própria religião á crítica.

Contudo, na parte final do século aparece um movimento intelectual que adota uma postura inovadora, buscando colocar em movimento o que parecia uma espécie de ponto de chegada. Passaria á história com o nome de romantismo. Trata-se na verdade de um conjunto de movimentos aos quais se atribui o traço geral de busca da superação do iluminismo, entendido como exaltação unilateral da razão humana. Talvez esse aspecto de contraposição ao iluminismo não tivesse sido ressaltado amplamente mas sobretudo nos filósofos alemães de começos do século XIX. Esclareça-se ainda que sua influência não se limita á literatura, acreditando-se que filósofos e pensadores políticos, como Rousseau ou Hegel, deixaram-se contagiar por muitas de suas teses.

Do ponto de vista literário, os principais estudiosos estariam de acordo em ressaltar estes traços mais expressivos: 1) primado da emoção sobre a idéia clara; 2) livre expressão da sensibilidade (religiosidade; melancolia; sentimento da natureza); 3) predominância da imaginação sobre a análise crítica e sobre a ação; 4) gosto do misterioso e do fantástico; 5) evasão no sonho, no exotismo ou no passado (Idade Média); e, 5) individualismo por oposição às disciplinas clássicas e culto do “eu”.

O romantismo evoluiu de modo muito diverso segundo os países, na medida em que se torna uma forma de arte que se inspira no passado nacional. Na França, o caráter de reação anti-classicismo aparece de modo mais claro que na Inglaterra. O romantismo estaria também na origem do romance histórico criado por Walter Scott mas que aparece em diversos lugares.

Para representar o romantismo, o Cânon insere obras de Goethe, Stendhal e Victor Hugo.

Em relação às considerações precedentes, cabe esclarecer que, no tocante às correntes literárias de um modo geral, seu estudo não é parte do Curso de Humanidades, ao contrário do que se poderia inferir da referência ao romantismo.

A principal razão advém da controvérsia que se estabeleceu na matéria, tornando-se uma esfera praticamente limitada a especialistas.

Do ponto de vista da cultura geral, cabe reconhecer a importância da crítica literária e certamente levá-la em conta como o fazemos, cotidianamente, na escolha de espetáculos, ou dos livros que se editam. Mas como se dá nesses últimos casos, não se pode perder de vista que há muita parcialidade, ainda que nada impeça que sigamos esta ou aquela opinião por nos identificarmos com a preferência dos críticos.

6. O problema da admissão no Cânon de representantes de outras culturas

No elenco das obras literárias representativas do Cânon Ocidental figuram dois autores russos: Fiodor Dostoievski (1821/1881) e Leon Tolstoi (1828/1910). Ainda que dispendo de uma religião comum, o cristianismo, a Rússia diferenciou-se radicalmente do Ocidente. O cristianismo que ali se desenvolveu é de origem bizantina. Como resultado do chamado “Cisma do Ocidente”, que separou de Roma a Igreja do Oriente, esta assumiu traços peculiares da maior relevância. O primeiro deles diz respeito à franca subordinação ao Estado. Para a Igreja Ortodoxa Russa, o representante de Deus na terra era o Czar, que escolhia o preposto ao qual dava um anel que lhe assegurava ascendência sobre seus pares. Essa circunstância explica a ambigüidade que caracterizou as suas relações com o Estado Soviético. Ao mesmo tempo, seu magistério conseguiu, ao longo dos tempos, alcançar uma religiosidade profunda nas pessoas, a ponto de haver sobrevivido, como se nada tivesse acontecido, aos setenta anos de pregações materialista, restrições ao culto, limitação e controle na formação de sacerdotes. Não deixa de ser espantoso a pujança e a popularidade que tem revelado a Igreja Ortodoxa Russa após o fim da União Soviética.

A Europa Ocidental manteve-se indiferente às disputas que se instalaram na Rússia entre eslavófilos e ocidentalistas, desde o início do século XVIII, em razão das reformas introduzidas por Pedro, o Grande. Essa indiferença predominou até que aquele país irrompesse na política européia após haver derrotado a Napoleão. A Santa Aliança, pujante nos anos vinte do século XIX, admite-a como potência européia. Suas tropas estão presentes na repressão aos movimentos de 1848. Na partilha do Império Otomano, é contemplada como um igual.

O contato com a sua cultura, que a nova circunstância viria a propiciar, encantou e surpreendeu. Os personagens que saíam das páginas de Pushkin, Gogol, Chekov, Turguenev, Tolstoi e Dostoievski passaram a povoar a imaginação dos europeus com idêntica intensidade com que vinham sendo acolhidos aqueles criados por seus grandes escritores. A música e o balet completaram a conquista.

Tudo isto, entretanto, não seria suficiente para determinar a sua inclusão no Cânon Ocidental. Deixar de fazê-lo tampouco representa qualquer veredicto quanto à qualidade e o significado da obra daqueles escritores.

O Cânon Ocidental, como insistimos, tem o propósito de inventariar os valores de nossa cultura e contribuir no sentido de sua preservação e enriquecimento. Ao mesmo tempo, não corresponde nem poderia corresponder ao fechamento sobre si mesmo e o alheamento do que se passa no mundo.

A principal vantagem do Prêmio Nobel de Literatura, para o grande público, consiste em permitir que tomemos conhecimento de autores de outras culturas, sem o que dificilmente os descobriríamos. Para mencionar apenas dois nomes recentes: Nagib Mahfuz (egípcio) e Naipaul (indiano); quem os leu não deixará de reconhecer que são uma prazerosa revelação. Entretanto, se ao invés de nos contentarmos com isto nos dispusermos a tomar contato com suas culturas, veremos que exigirá uma postura muito diferente. Por entender assim, é que o Curso de Humanidades não poderia incluir, entre os textos cuja leitura recomendamos, obras com as quais o contato de cada um será, muito provavelmente, apenas uma forma descompromissada de lazer.

7. As literaturas portuguesa e brasileira

Conforme tivemos oportunidade de indicar, a cultura geral compreende o domínio da própria língua e a familiaridade com a literatura consagrada, no caso em português. No que toca ao Cânon – e especificamente à literatura --, e em consonância com os critérios de sua estruturação, não há nem poderia haver preocupação em privilegiar (ou discriminar) essa ou aquela civilização. Eça de Queirós e Machado de Assis são ali incluídos por entender-se que enriqueceram os tipos humanos representativos da cultura ocidental.

Do que precede, não se poderia deixar de recomendar, aos que freqüentarem o Curso de Humanidades, que procurem aprimorar a forma com que se expressam em português e, ao mesmo tempo, preservar o contato com a literatura luso-brasileira, ampliando o conhecimento que hajam adquirido no processo normal de escolarização. A nosso ver, semelhante propósito não precisaria revestir-se de caráter sistemático, caso em que não poderiam os interessados prescindir da freqüência a cursos específicos.

Seria suficiente, para quem não leu e agora adquiriu o hábito da leitura, conhecer a obra dos românticos portugueses (Almeida Garret; Herculano; Camilo Castelo Branco, etc.) e dos que lhes seguiram (além de Eça de Queirós, Antero de Quental e Ramalho Ortigão, por exemplo); bem como os principais autores brasileiros do século XIX (José de Alencar; Aloísio de Azevedo, entre outros, além do próprio Machado de Assis), dos que os sucederam (Lima Barreto, por exemplo) e ainda os expoentes do chamado romance regional (Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, etc.)

No que se refere aos contemporâneos, a literatura luso-brasileira não constitui exceção ao que se dirá adiante.

8. A literatura contemporânea

Perguntar se a literatura – a bem dizer, o livro – ainda tem lugar na sociedade democrática e de massas em que se transformou o Ocidente, equivale na verdade a perguntar se faz sentido empenhar-se na aquisição de cultura geral. É certo que hoje não mais existem os grandes escritores que, ainda no século XX, tinham audiência para além do que fosse estritamente literatura, sendo ouvidos em matéria política ou em questões morais controversas. Contudo, nem por isto a sua literatura deixava de ter por missão entreter e divertir, ainda que subsidiariamente registrasse flagrantes da aventura humana que também eram instrutivos.

A ausência daquele tipo de autor consagrado não obriga a que o cinema, primeiro, e depois a televisão – poderosos instrumentos de difusão cultural -- atenham-se ao mau

gosto e à pornografia porquanto há público para produto de melhor padrão, o que explica a sobrevivência e o florescimento da TV a cabo, onde os programas baseados nos clássicos encontram a merecida acolhida.

Numa de suas crônicas incluídas na coletânea que intitulou *A linguagem da paixão* (2000; tradução brasileira, 2002), em que discute a função da literatura na atualidade, Mário Vargas Llosa considera que o escritor de nosso tempo, ao invés de constituir um ser obsoleto, expulso da modernidade, deve tratar de atender ao desafio de produzir uma literatura digna daquela que sobreviveu historicamente, levando em conta a existência de imenso público potencial, “agora que, graças à democracia e ao mercado, existem tantos seres humanos que sabem ler e podem comprar livros, coisa que jamais aconteceu no passado.”

A literatura é parte integrante do Cânon Ocidental porquanto soube retratar a vida humana com propriedade, sem procurar cerca-la de uma aura fantasiosa. A criatura humana é capaz de gestos dignificantes, de sacrificar-se por uma causa ou por aquele a quem ama, de expressar solidariedade nos momentos difíceis. Mas também de cometer atos vis por inveja e até mesmo violência gratuita.

A literatura que sobreviveu e integrou-se ao Cânon Ocidental também soube expressar que, mais das vezes, as situações propiciam a revelação de uma personalidade que se achava obscurecida, por ignorância verdadeira ou simples ocultamento. A personalidade que então se revela tanto pode ser intrinsecamente má como dotada de grandes virtudes.

O contato com a literatura de outras culturas – o que não precisa ser efetivado no próprio Cânon Ocidental, como vimos --, permite dar-se conta da diversidade de costumes bem como de diversa valoração. Mais facilmente que por outros meios, essa literatura mostra que muitos povos sobrevivem sem atribuir maior valor à pessoa humana.

Contudo, a função da literatura não se resume em instruir para a vida. Esta, pode-se dizer, seria quando muito um resultado desejável. Seu propósito básico é propiciar entretenimento. O grande segredo dos bons livros é que sabem fazê-lo sem obrigatoriamente pretendê-lo. Para dar-se conta dessa característica basta ter presente que esse ou aquele relato não nos prende por ser divertido. Para explicar o fascínio que as tragédias gregas exerciam sobre o público, Aristóteles dizia que pelo desenlace de tensões de grande intensidade eram capazes de propiciar uma sensação de verdadeiro bem estar. A isto denominou de *catarse*.

Os grandes escritores que mereceram ser incorporados ao Cânon têm sobretudo o pleno domínio da língua. Daí que traduzi-los se tenha tornado uma arte de valor equiparável àquele de que estavam dotados os próprios autores.

A controvérsia a propósito do valor autêntico dos escritores contemporâneos aparece na diversidade dos títulos incluídos nas coleções oferecidas ao grande público, em tiragens enormes e por isso vendidas a preços módicos. A controvérsia decorre da circunstância de que é impossível determinar, com um mínimo de certeza, quais dessas obras sobreviverão à sua época. Contudo, tudo indica que as pessoas dotadas de cultura geral e que se hajam debruçado sobre os textos literários consagrados – e por isso mesmo incorporados ao Cânon — saberão avaliar a qualidade dos livros que lhe são oferecidos. O importante é ter suficiente abertura de espírito e evitar aproximações preconceituosas, fáceis de aparecer, dada a intensidade adquirida pelas questões políticas e o inevitável envolvimento a que somos arrastados. Diante disto, o fato de que muitos escritores – seja em razão da popularidade adquirida ou do simples desejo de aparecer – emitam opiniões, com as quais possamos ou não simpatizar, não deve influir na avaliação de sua obra. Muitos deles são, sem dúvida, fortes candidatos à perenidade.

III. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ARTES

Consideramos que a obra de Gombrich – *História da Arte* – corresponde á melhor introdução de que se poderia dispor, conforme procuraremos demonstrar nas considerações a seguir.

Ernst Hans Gombrich nasceu em Viena em 1909 numa família judia, convertida ao protestantismo na virada do século. Estudou numa das escolas secundárias mais conceituadas da capital austríaca (Theresianum) e concluiu a Universidade de Viena. O ambiente familiar explica muito de suas preferências acadêmicas. Sua mãe era uma pianista conhecida. A mulher com quem se casou em 1936 (Ilse) também era pianista; a irmã tornou-se uma violonista famosa. O próprio Gombrich era considerado um bom músico (tocava violino).

Em face da ascensão do nazismo, emigrou para a Inglaterra em 1936. Ainda que haja conseguido um lugar de assistente de pesquisa no Instituto Warburg – que havia recém escapado de Hamburgo, com a maior parte de sua esplêndida biblioteca –, enfrentou muitas dificuldades porquanto tinha que cuidar de sua família numerosa, cujos membros haviam com ele fugido da Áustria. Durante a guerra prestou serviços à BBC. Retornou às suas funções no Instituto Warburg em 1946 tendo chegado a diretor dessa prestigiosa instituição.

Na década de cinquenta ingressou no Corpo Docente da Universidade de Londres, onde ensinou história da arte. Desde então ocupou cátedras nas Universidades de Oxford, Cambridge, Harvard, Cornell e no Royal College of Art. Recebeu altas condecorações do governo inglês, merecendo ainda o título de Sir.

Autor de expressiva bibliografia, Gombrich buscou caracterizar a atividade artística como empreendimento essencialmente racional. A seu ver, os artistas usam o método de tentativa e erro; aprendem uns com os outros. Entendia ser empobrecedora de seu verdadeiro significado o propósito de explicar a evolução da arte como decorrente de alterações no espírito da época ou das pessoas. No caso específico da pintura, tais explicações ignoram o interesse estético das propriedades visuais que lhe são inerentes e constitutivas.

O livro em que propõe uma teoria estética de base psicológica intitulou-se *Art and Illusion*. Apareceu em 1960 mas toma por base as conferências que proferiu na capital americana em 1956. Cuida de identificar os fatores que permitiram, por exemplo, expressar pessoas em movimento, dando-lhe projeção tridimensional, numa superfície plana e imóvel.

Atribuía grande papel educacional às artes. Escreveu uma história do mundo para crianças. Seus principais ensaios – inclusive aquele em que se posiciona perante a arte abstrata – figuram na coletânea traduzida ao português com o título de *Meditações sobre um cavaleiro de pau* (1963).

Faleceu aos 92 anos, em 2001. *História da Arte* (1950) responde pelo sucesso editorial por ele alcançado, do mesmo modo que pela merecida notoriedade. De fato, trata-se de um dos empreendimentos literários melhor sucedidos. Propõe-se difundir uma das dimensões fundamentais da cultura geral, sem se preocupar com erudição mas apenas buscando cultivar o hábito de aproximar-se da arte de forma descontraída e respeitosa. O sucesso dessa obra pode ser medido pelo fato de que, desde o seu aparecimento em 1950, mereceu 16 edições na Inglaterra, foi traduzida nas principais línguas e já vendeu milhões de exemplares em todo o mundo. Para compô-la, Gombrich estabeleceu como regra que as ilustrações deveriam aparecer na própria página em que são mencionadas. A edição brasileira tem cerca de 500 páginas. As ilustrações correspondem a 398. O propósito claro consiste em colocar a sua informação ao alcance do grande público, acreditando que conseguiria desestimular atitudes deste tipo: “Por vezes, vemos pessoas caminhando por uma galeria de arte, de catálogo nas mãos. Toda vez que passam diante de um quadro buscam pressurosamente seu número. Podemos observá-los folheando seu livro e, logo que encontram o título ou o nome da obra, seguem em frente. Não faria diferença alguma se tivessem ficado em casa, pois mal olharam para a pintura. Apenas checaram o catálogo. É uma espécie de curto-circuito mental que nada tem a ver com a fruição de um quadro”.

Gombrich quer sobretudo fornecer um roteiro básico dos principais momentos da arte, buscando dar indicações precisas sobre o que a seu ver seria essencial, sem qualquer preocupação de exaurir cada um dos aspectos abordados, todos suficientemente ilustrados. No que chamou de “estranhos começos”, distinguiu as imagens, dos povos primitivos e pré-históricos, que nos foram preservadas em cavernas e objetos, daquela que pretendeu ser “arte para a eternidade” (Egito, Mesopotâmia e Creta). Batizou o aparecimento da arte grega como sendo “o grande despertar” e fixou-a na pátria de origem, no mundo grego e na bifurcação dos caminhos entre Roma e Bizâncio (séculos V a XIII). A Idade Média está presente no que chamou de Igreja militante e Igreja triunfante. O Renascimento e seus desdobramentos são apresentados de forma circunstanciada. A tese de Gombrich é de que não há Arte de forma abstrata mas a obra de artistas vinculados ao seu tempo. A título ilustrativo vejamos como situa a questão:

“Sabemos muito bem que, em arte, não podemos falar de progresso na acepção em que falamos de progresso do saber. Uma obra de arte gótica pode ser tão grande quanto uma obra da Renascença. Não obstante, talvez seja natural para as pessoas desse tempo, que ao entrarem em contato com as obras primas do Sul, sua própria arte tenha parecido subitamente obsoleta e grosseira. Foram três as realizações tangíveis dos mestres italianos para as quais eles podiam apontar. Uma foi a descoberta da perspectiva científica, a segunda o conhecimento da anatomia – e, concomitantemente, a representação perfeita do belo corpo humano – e, em terceiro lugar, o conhecimento das formas clássicas de construção, as quais pareciam simbolizar, para as pessoas desse período, tudo que era digno e belo. É um espetáculo fascinante observar as reações de vários artistas e tradições ao impacto causado por esse novo saber, e ver como se afirmaram ou, o que por vezes aconteceu, como sucumbiram – de acordo com a força de caráter e a largueza de visão”. (Capítulo 17, p. 260/261).

As principais teses de Gombrich poderiam ser resumidas como segue: a) não há razões erradas para gostarmos de um quadro. Podem entretanto existi-las *para não gostar*; b) a propensão para gostarmos apenas do que é bonito pode se converter num obstáculo se nos levar a rejeitar obras que representam um tema menos atraente; c) gosto e padrões do que é belo variam imensamente. Por isto podemos levar algum tempo para perceber a beleza intrínseca de determinada obra; d) o artista verdadeiro busca

alcançar o equilíbrio correto entre as figuras, uma relação certa que culminasse no todo mais harmonioso; e, e) é natural que as pessoas gostem do que aparenta estar próximo da realidade. Contudo, geralmente não é a circunstância de que busquem distorcê-la que nos choca mas o fato de que, ao fazê-lo, revelem insuficiente conhecimento do metier.

A última observação, de certo modo, acha-se relacionada à pintura moderna. No pós-escrito (“A cena incerta”) aborda especificamente essa questão partindo da admissão de que a evolução da arte simboliza tipos de sociedade (sem com a tese queremos simplesmente indicar que “os gregos não poderiam ter construído o Rockefeller Center”). Contudo, “torna-se suficiente que qualquer estilo ou experiência seja proclamado *contemporâneo* para que a crítica sinta a obrigação de o entender e o promover”. Para ilustrar a afirmativa de que não basta distorcer a realidade para merecer o rótulo (e o aplauso) de “moderno” ou “pós-moderno”, na Introdução, Gombrich confronta dois desenhos de Picasso, o primeiro de 1938 (“encantadora reprodução de uma galinha com seus fofos pintinhos”) e, o segundo, uma ilustração para a *História Natural* de Buffon, quando não se contentou em fazer a mera reprodução física da ave, no caso um galo, conseguindo também “expressar sua agressividade, sua insolência e estupidez”.

A *História da Arte* de Gombrich é uma obra merecedora de freqüentes revisitas, pois, como escreve: “Nunca se acaba de aprender com a arte. Há sempre novas coisas a descobrir”..

IV- O CINEMA A SERVIÇO DA CULTURA

O cinema é um poderoso instrumento educacional. Com o aparecimento do vídeo, as possibilidades de sua utilização, com vistas àquele fim, multiplicaram-se imensamente. Levando em conta a importância de sua utilização no processo de aquisição de familiaridade com a cultura geral, na forma como a concebemos, resolvemos editar texto introdutório com a denominação de O CINEMA A SERVIÇO DA CULTURA. É certo ser ainda escassa, entre nós, a oferta dos denominados "vídeos culturais". Na Europa e nos Estados Unidos existem hoje cursos em vídeo para variada gama de assuntos e, especificamente, sobre muitos dos temas relacionados às humanidades.

Em que pese a lacuna e apostando na melhoria da oferta, o INSTITUTO DE HUMANIDADES selecionou vídeos disponíveis no mercado, para exibição instruída por um texto, podendo a iniciativa ser efetivada em grupo e seguida de discussão.

Com o propósito de permitir a autônoma utilização do mencionado instrumento, inserimos no texto em apreço breve caracterização dos dois ciclos civilizatórios em que se subdivide a cultura ocidental, bem como da Antiguidade Clássica, na forma adiante sumarizada. Essa iniciativa louva-se da convicção de que os caminhos na direção da cultura geral são múltiplos e o essencial é encontrar aquele da preferência individual e percorrê-lo. Segue-se o sumário de que se trata, com a menção dos filmes selecionados:

I – AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS QUE MARCARAM A CULTURA OCIDENTAL

1. Principais eventos históricos
 - a) O Antigo Estado Judaico
 - b) Grécia Antiga
 - c) Roma Antiga
2. As hipóteses relativas ao elemento impulsionador do "milagre grego"
3. Caracterização dos filmes: ULISSES (1954); O HOMEM QUE QUERIA SER DEUS (1975); OS DEZ MANDAMENTOS; e A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO (1964).

II – O PRIMEIRO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL: A SOCIEDADE FEUDAL

1. Visão renovada da Idade Média
2. Eventos relevantes nos períodos (cronologia)
3. Caracterização dos filmes: EM NOME DE DEUS ; O NOME DA ROSA (1986); O LEÃO NO INVERNO (1968); BECKET (1964); HENRIQUE V (1944); e JOANA D'ARC (1957).

II – FORMA-SE A SOCIEDADE INDUSTRIAL – SEGUNDO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL

1. Idéia geral do segundo ciclo da cultura ocidental
2. Eventos mais destacados
3. Significação histórica do humanismo renascentista
4. O sentido místico da ciência em seus primórdios

5. Impacto moral da Reforma protestante

6. Caracterização dos filmes: AGONIA E ÊXTASE (1965); GIORDANO BRUNO (1973); HENRIQUE VIII E SUAS SEIS MULHERES (1973); e CROMWELL (1970).

IV – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS NOVAS

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII

1. Como se caracteriza a Revolução Industrial

2. Antecedentes mais significativos

3. O avanço dos progressos técnicos

4. Questões emergentes

5. A consolidação do sistema representativo no século XVIII

6. Como distinguir liberalismo de democratismo

7. Emergência do democratismo com a Revolução Francesa

8. Breve cronologia da Revolução Francesa e de seus desdobramentos na França

9. Caracterização dos filmes: TEMPOS MODERNOS (1936); AS LOUCURAS DO REI GEORGE (1994); MARIA ANTONIETA, RAINHA DA FRANÇA (1956); A NOITE DE VARENNES (1981); NAPOLEÃO (1927); A RAINHA IMORTAL (1934); GUERRA E PAZ (1956) e WATERLOO (1970).

V – A SOCIEDADE INDUSTRIAL COMO SOCIEDADE URBANA

1. Problemas emergentes na sociedade urbana

2. Democratiza-se o sistema representativo

3. O surgimento das primeiras crises e seu agravamento no século XX

4. O contexto moral da Era Vitoriana

5. A questão da decadência dos valores tradicionais

6. A singularidade da cultura ocidental

7. Caracterização dos filmes: JANE EYRE (1995) OLIVER TWIST (1948); A ÉPOCA DA INOCÊNCIA (1993); OS EUROPEUS (1979); A HISTÓRIA DE FLORENCE (1985); O MENSAGEIRO (1971); DECLÍNIO DOS ANOS DOURADOS (1984); NA ÉPOCA DO RAGTIME (1981); GANDHI (1982) e O ÚLTIMO IMPERADOR (1997).

III. PROCEDIMENTOS PARA O ESTUDO INDIVIDUAL E DE GRUPO

1. MOMODALIDADE DE ESTUDO

O problema de aprendizado compreende três modalidades básicas. A primeira corresponde ao sistema convencional e amplamente usado das aulas expositivas. O segundo é mais utilizado no caso das línguas e da matemática: o treinamento e a repetição, mas abrange diversas disciplinas, entre estas a música e a educação física. A terceira modalidade praticamente só aparece na pré-escola: quando a “tia” coloca em seu redor as crianças para ler um livro. Apesar do abandono dessa praxe mesmo em muitos cursos universitários onde professores e alunos conformam-se com a consulta a apostilas, trata-se de uma dimensão fundamental do aprendizado. Em nosso sistema educacional somente reaparece nos seminários que se costumam praticar na pós-graduação. É justamente onde emerge o aspecto essencial do ensino, obscurecido nas outras oportunidades: o caráter de uma descoberta pessoal e enriquecedora. Sem essa componente da participação individual, o ensino perde a sua razão de ser, isto é um sistema de transmissão dos conhecimentos acumulados para serem incorporados à vida de todos os que passam pela escola.

Como superar essa lacuna e adquirir o hábito de ler livros? Antes de mais nada, é necessário dispor de uma classificação geral que poderia ser a seguinte: os livros constituem a cultura humanista e formam um conjunto relativamente harmonioso ao longo de mais de dois milênios; compreendem as áreas especializadas do conhecimento e, finalmente, abrangem a produção corrente que acabará por ser incorporada aos dois grupos precedentes, segundo a sua natureza, de uma forma que só o futuro dirá, pois não podemos estabelecê-lo, com o necessário grau de certeza.

Os livros básicos em que se acham inscritos os aspectos essenciais da tradição humanista são relativamente fáceis de identificar, coincidindo as escolhas mais conhecidas, como a do St John's College ou da coleção Great Books da Enciclopédia Britânica. E os que se acham relacionados às especialidades determinadas, também são fixados mediante consenso. A familiaridade adquirida nas duas áreas há de fornecer critérios satisfatórios para orientar-se diante da produção editorial corrente.

A simples posse de tal classificação, por si só, naturalmente, não faculta uma fórmula para proceder-se à desejada leitura. Aqui vamos nos limitar aos livros relacionados à cultura humanista.

Tratando-se de cursos informais, isto é, que não se propõem fornecer diplomas ou desenvolver-se dentro de parâmetros temporais pré-fixados, o método preferido é o denominado sistema tutorial. Consiste este em reuniões mensais para acompanhamento das leituras e esclarecimento de dúvidas. Tal modalidade exige, por certo, a presença de pessoa devidamente preparada pelo Instituto de Humanidades. Na ausência desta, contudo podem ser formados grupos para aquele fim, encaminhando as dúvidas ao Instituto de Humanidades. Qualquer que seja a circunstância, contudo, a base de funcionamento desses grupos é o estudo individual.

Para torná-lo factível, cumpre alguns esclarecimentos.

O Curso de Humanidades selecionou algumas épocas históricas e pretende que, sucessivamente, a sua compreensão e dos principais autores sejam aprofundadas. São, na Antigüidade, Grécia Israel, Período Helenístico e Roma. Estamos propondo uma nova periodização da Idade Média para tornar factível o conhecimento de um ciclo histórico que abrange cerca de um milênio. Seguem-se o Renascimento e a Época Moderna. Nesta selecionamos alguns elementos relacionados aos séculos XVII e XVIII, à Revolução Industrial (1760/1830), à Era Vitoriana, que abrange praticamente o século XIX e o Período Contemporâneo (Século XX).

Em cada um desses ciclos históricos, precisariam ser destacados estes aspectos:

- I. Cronologia
- II. Eventos histórico-culturais destacados
- III. Pensamento político
- IV. Discussão moral
- V. Religião (obras e temas)
- VI. Filosofia
- VII. Ciência
- VIII. Literatura e Artes
- IX. Vídeos

Em matéria de estudo, cada um tem seu ritmo. Contudo, é necessário encontrar algum tempo para fazê-lo e, se não tiver esse hábito, tratar de criá-lo.

O Instituto de Humanidades fornece Guias de estudo que precisariam ser lidos, fazendo-se de cada um anotações que poderiam obedecer à seguinte ordenação:

- 1) Material de caráter histórico
- 2) Conceitos-chave
- 3) Textos a serem resumidos
- 4) Dúvidas e esclarecimentos a serem solicitados

Algumas pessoas têm o hábito de anotar em cadernos. Contudo, para o caso presente, seria preferível utilizar uma pasta e folhas soltas. Dispondo a pessoa de computador, poderia destinar ao Curso de Humanidades um arquivo e ir ampliando as anotações, segundo os ciclos históricos referidos na medida de sua elaboração.

Para facilitar o estudo individual, o CURSO DE HUMANIDADES foi subdividido em 20 módulos. Os cinco primeiros dizem respeito à CULTURA OCIDENTAL e à POLÍTICA. Os restantes, às demais disciplinas. Os módulos têm por objetivo ajudar na organização do estudo. Os temas selecionados pretendem apenas fixar uma hierarquia e não substituir aqueles indicados em cada Guia de Estudo.

Na medida em que adquira familiaridade com o curso, a pessoa que o esteja seguindo pode acrescentar, aos temas selecionados, aqueles que figuram nos Guias de Estudo e não foram incluídos.

Muitos dos livros cuja leitura se recomenda estão resumidos nos Guias de Estudo. A idéia não consiste em prescindir de sua leitura, contentando-se com os resumos. Mas a ordem e a prioridade na passagem dos Guias de Estudo aos livros podem, perfeitamente, subordinar-se às preferências individuais. De todos os modos, se não dispuser dos livros relacionados para leitura durante e após o Curso, sugere-se que comecem a compor uma biblioteca de cultura humanista, pela aquisição dos seguintes livros:

1. A Bíblia (há várias edições, recomenda-se apenas que seja completa, isto é, abrangendo o Antigo e Novo Testamentos)
2. Robert Nisbet – *Os filósofos sociais*, Editora UnB, 1982.
3. Fustel de Coulanges. *A cidade antiga* (edição portuguesa ou a brasileira, da Hemus)
4. Marc Bloch – *A sociedade feudal*. Lisboa. Edições 70, 2. ed., 1987.
5. Jacob Burkhardt – *A civilização da renascença italiana*. Companhia das Letras, 1991
6. Rodolfo Mondolfo. *Figuras e idéias do Renascimento* – Mestre Jou, 1967 (com reimpressões)
7. Max Weber – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Pioneira 5ª ed., 1987
8. Aristóteles – *A política*, Ediouro
9. T. S. Ashton – *La revolucion industrial*. México, Fondo de Cultura Economica. Breviários nº 25
10. John Locke. Volume da Coleção *Os pensadores* contendo três livros: *Carta acerca da tolerância; Segundo Tratado sobre o Governo e Ensaio acerca do entendimento humano*.

2. PROGRAMA DE LEITURAS E RELAÇÃO DOS TEMAS PARA RESUMO E DEBATE

Primeiro Módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

A Cultura Ocidental

- I.2 Contribuição grega à cultura ocidental
- I.3 Contribuição essencial do judaísmo
- I.4 O Decálogo de Moisés e o Sermão da Montanha
- I.5 A contribuição de Roma
- I.6. Como se teria originado a mudança social que produziu o “milagre grego”

Política

- I.1 Nascimento da teoria política na Grécia:
Platão; Aristóteles; Cícero

– Livros

Robert Nisbet – *Os filósofos sociais*
 Fustel de Coulanges – *A cidade antiga*
A política de Aristóteles – Livro VI
 A Bíblia

Temas para Resumo e Debate

1. Transformações sociais na Grécia Antiga segundo a perspectiva de Robert Nisbet e segundo a perspectiva tradicional.
2. Características e singularidades da democracia grega.
3. Pode-se estabelecer alguma distinção entre a racionalidade constituída na Grécia e a que foi transmitida ao Ocidente pelo Museu de Alexandria?
4. Fixar as diferenças entre a moralidade judaica e a virtude grega. Apontar o que seria a contribuição fundamental do cristianismo à lei mosaica.
5. O papel que as instituições romanas, notadamente o direito, a religião de Estado e as organizações políticas, tiveram no desenvolvimento ulterior do cristianismo e da sociedade ocidental.

6. Como Otávio Augusto derrotou a família patriarcal,
7. Fixar o entendimento grego da política para posterior confronto com a Idade Média e a Época Moderna.

Segundo Módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

A Cultura Ocidental

II.A civilização feudal ou o primeiro ciclo da cultura ocidental

III.2.A ante-sala da Época Moderna: o Renascimento

Política

I.O redirecionamento do debate teórico na Idade Média

II.2. O processo de centralização efetuado pelo Estado Moderno

– Livros

Marc Bloch – *A sociedade feudal*

1º tomo – 1ª parte – 1º livro – Cap. III, p. 56 a 72

2º livro – Cap. II, p. 177-189

2º tomo – 3º livro, p. 455-467

Jacob Burckhardt – *A civilização da Renascença Italiana*

Rodolfo Mondolfo – *Figuras e idéias da filosofia do Renascimento*

Temas para Resumo e Debate

1. Situação europeia em que surgem os senhores feudais e nova periodização da Idade Média com ênfase nas suas características distintivas.
2. A natureza singular do serviço prestado pelo senhor feudal. O contrato de vassalagem. Singularidade do feudalismo europeu quando confrontado a outras regiões. Características marcantes da cultura medieval. A discussão da noção de pessoa.
3. Significação histórica do Renascimento, seus elementos impulsionadores, na significação do humanismo e no caráter místico da ciência em seus primórdios.
4. O Renascimento como inovação radical ou continuidade, na perspectiva de Burckhardt e Mondolfo.

Terceiro módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

A Cultura Ocidental

III.A Época Moderna e a configuração da sociedade industrial

Política

1.2.Contribuição dos teóricos na configuração do Estado Moderno

– Livros

Max Weber – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*

Cap. 2 – O “espírito do capitalismo” (comentário 2 ao texto de Benjamin Franklin);

Cap. 4 – O calvinismo; Cap.5 – Comentários ao texto de Baxter

Maquiavel – *O príncipe*

Hobbes – *Leviatã*

Temas para Resumo e Debate

1. A significação da tolerância religiosa entre as grandes criações da Época Moderna. Principais características do capitalismo.
2. A Reforma Protestante e a interpretação de Max Weber, com ênfase no sentido de vocação que o calvinismo atribui ao homem medieval e mudança radical diante da riqueza (Baxter).
3. O conceito de ciência e seus desdobramentos. Como se dá a peregrinação da ciência.
4. Que se deve entender por moral social e como se distingue da moral individual.
5. A questão do maquiavelismo (ocultamento da verdadeira posição). Em que sentido o pensamento moderno separa a moral da política.
6. Conceito de *estado de natureza* em Hobbes. A questão do *contrato social* e a distinção entre o conceito antigo e moderno da política.

Quarto módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

A Cultura Ocidental

III.3 Como se processou a Revolução Industrial

Política

II.3 Emergência do governo representativo

II.4 O sistema democrático representativo passa a prova da história

– Livros

Ashton – *A Revolução Industrial*

Locke – *Segundo Tratado sobre o Governo*

Kant – *Escritos políticos*

Temas para Resumo e Debate

1. Por que Ashton considera inapropriada a denominação de Revolução Industrial. Como a caracteriza. Pode-se dizer que houve Revolução Industrial no Brasil?
2. Principais conclusões da primeira discussão teórica sobre a pobreza.
3. Quais são os grandes ciclos de evolução do liberalismo? É possível distinguir alguns grandes pensadores para cada um desses ciclos?
4. Fixar as principais distinções entre liberalismo e democratismo.
5. Conceito de Welfare State.

Quinto módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

A Cultura Ocidental

IV.A feição assumida pela cultura ocidental e plena explicitação de sua singularidade

Política

III. A democracia representativa, seu significado e avaliação das críticas

X – Temática contemporânea do liberalismo

– Livros

Ralf Dahrendorf – *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*

Daniel Bell – *O fim da ideologia*

Hannah Arendt – *O sistema totalitário*

Temas para Resumo e Debate

1. Que lhe parece a consideração da história da cultura do ângulo dos valores, isto é, do ângulo da disputa entre diferentes valorações? Pode indicar momentos da história do Ocidente em que esse confronto promoveu alterações decisivas no curso histórico?
2. Tomando a Época Vitoriana como representativa da sociedade industrial em formação, quais as principais mudanças na escala de valores trazidas por essa sociedade?
3. Quais os valores presentes à proposta socialista? É possível criticar esses valores ou são irrecusáveis? Qual a posição do liberalismo acerca da representação política; do partido político; da educação e da pobreza?

Sexto Módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Moral

- I – Principais modelos éticos
- II – A ética grega
- III – A ética de salvação

– Livros

A Bíblia

Aristóteles – *Ética a Nicômaco*

Manoel de Góes – *A moral a Nicômaco de Aristóteles*

Temas para Resumo e Debate

1. Descreva, sumariamente, o processo histórico de constituição da meditação sobre a moral (ética) e indique quais os principais modelos resultantes.
2. Apresente o entendimento que Aristóteles tinha da ética e de suas relações com a política. Explique como entendia a virtude.
3. Apresente as principais virtudes morais, segundo Aristóteles e as comente brevemente. Esclareça em que consiste o justo meio.
4. Comente brevemente as virtudes intelectuais, segundo Aristóteles
5. Indique qual a principal mudança efetivada na ética aristotélica, pela Escolástica a fim de adequá-la à pregação cristã

Sétimo módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Moral

IV. A ética social

V. A ética kantiana

– Livros

Anthony Ashley Cooper – *Características do homem*

Bernard Mandeville – *A fábula das abelhas*

Joseph Butler – *Sermões e Dissertação sobre a virtude*

Immanuel Kant – *Fundamentação da metafísica dos costumes e Doutrina da virtude.*

Temas para Resumo e Debate

1. Resuma a crítica de Mandeville a Shafsterbury e aponte as principais modificações, de caráter teórico, que esse ponto-de-vista expressa em relação à ética tradicional.
2. Resuma a doutrina moral de Joseph Butler e, correlacionando-a com a de Hume, aponte aquelas questões teóricas que somente seriam solucionadas por este último.
3. Indique o ponto de partida de Kant e esclareça a diferença que estabelece entre máxima e lei; o conceito de lei moral; natureza dos imperativos e do imperativo categórico; e, finalmente, a solução apresentada para o problema da liberdade.

Oitavo módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Moral

- V – A ética eclética
- VI – A ética totalitária
- VII – A ética de responsabilidade

– Livros

- Paul Janet – *A moral*
- Lênin – *Discurso sobre o engano do povo*
- Hannah Arendt – *O sistema totalitário*
- Arthur Koestler – *O zero e o infinito*
- Max Weber – *A política como vocação* e Ensaio sobre a “neutralidade axiológica”

Temas para Resumo e Debate

1. Aponte os argumentos de Janet para justificar a sua proposta de conciliação entre a ética aristotélica e a ética kantiana.
2. Indique quais os traços essenciais do totalitarismo e qual o cerne da ética totalitária. Apresente resumidamente os exemplos históricos mais expressivos, com base na bibliografia constante do Guia de Estudo VI.
3. Resuma os pressupostos básicos da ética de responsabilidade.
4. Resuma os princípios da ética de responsabilidade consultando, de preferência, os textos de Max Weber transcritos no Guia de Estudo VII.

Nono módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Moral

- VIII – Principais temas da discussão moral

Temas para Resumo e Debate

1. Conceitue a moral; estabeleça sua distinção básica em relação ao direito e, a partir desta, esclareça como pode dar-se a objetividade de certas regras sem embargo do caráter subjetivo da moral.
2. Como ocorre que, não obstante a presença de princípios perenes, certas regras morais estejam sujeitas a se alterarem com o tempo? Tais mudanças guardam alguma relação com os princípios permanentes? Pode-se agrupar estes últimos sob uma regra normativa de caráter geral?

3. Pode-se estabelecer alguma hierarquia entre as regras morais sujeitas à mutação para destacar temas basilares? Quais seriam estes? Há algum princípio norteador da mudança que os afeta?
4. Sugira o que lhe parece seja a causa (ou as causas) do fato de que os temas considerados não se encontram presentes nos debates ocorridos no Brasil

Décimo módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Religião

- I – Revalorização da religião como uma estrutura constitutiva do homem

--Livros

William James – *Variedades da experiência religiosa*

Rudolf Otto – *A idéia do sagrado*

Mircea Eliade – *O sagrado e o profano*

Temas para Resumo e Debate

1. Resuma os argumentos da religião natural e caracterize o desfecho dessa tentativa
2. Indique qual o critério apontado por W.James para verificar a autenticidade da experiência mística
3. Conceituação e características do numinoso em Rudolf Otto
4. Como se dá o confronto entre sagrado e profano em Mircea Eliade e como por esse

meio desvenda o papel da religião

Décimo primeiro módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Religião

- II – O fenômeno profético na perspectiva weberiana

- III – Elaboração doutrinária nos primeiros séculos do cristianismo

- IV --Amadurecimento da doutrina cristã na Idade Média

– Livros

O evangelho segundo São João

Santo Agostinho – *Confissões*

São Tomás – *Suma Teológica* (noção de pessoa)

Temas para Resumo e Debate

1. O tempo histórico dos profetas bíblicos
2. Estrutura da profecia.
3. Significação do profetismo no caminho seguido pela cultura ocidental, segundo Marx Weber.
4. Indique quais são os temas mais relevantes na preocupação das comunidades cristãs primitivas e como foram considerados por seus expoentes. Resuma de forma tópica os argumentos do Quarto Evangelho
5. O papel de Santo Agostinho na aproximação á filosofia grega. Em que consistia a espécie de platonismo em que se inspira
6. A feição dada à apresentação doutrinária cristã por São Tomas. Caracterize brevemente a Escolástica

Décimo segundo módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Religião

IV – A reforma protestante

– Livros

Lutero – Extrato das 95 teses; *De Servo Arbitrio (parte)*Calvino – *Instituição da religião cristã (parte)**Temas para Resumo e Debate*

1. Formule uma idéia do quadro institucional da Igreja de Roma na altura dos fins do século XV e início do século XVI.
2. Aponte as transformações radicais introduzidas na vivência religiosa pelos reformadores protestantes tanto no concernente ao acesso aos ensinamentos da fé cristã como à própria divindade, e ainda no que se refere à responsabilidade individual, à idéia de Deus e aos aspectos institucionais.

Décimo terceiro módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Religião

V – O fundo místico do ateísmo contemporâneo

– Livros

Walter Rehfeld – elementos escatológicos na filosofia da história de Marx

Joseph Hoffner – *A religião no materialismo dialético**Temas para Resumo e Debate*

1. Destaque as principais estruturas escatológicas no pensamento histórico de Marx, e qual a sua função dentro da totalidade dessa concepção de história
2. Tópicos principais desenvolvidos por Joseph Hoffner em “A Religião no materialismo dialético”

Décimo quarto módulo

Programa de Leituras

– Guias de Estudo

Filosofia

I. Conceituação e estrutura da filosofia

– Livros

Aristóteles – *Metafísica* (1ª parte)Kant – *Crítica da Razão Pura* (Analítica Transcendental)*Temas para Resumo e Debate*

1. Resuma e confronte os conceitos antigo e moderno de filosofia.
2. Indique sumariamente como se estrutura a filosofia e em que consiste a diferença entre as perspectivas transcendente e transcendental.
4. Porque se diz que os problemas teóricos animam a filosofia. Cite alguns exemplos nos quais a discussão filosófica enriquece determinado conceito

Décimo quinto módulo

Programa de Leituras– *Guias de Estudo*

II. Platão e Aristóteles

--Livros

Platão -- *Timeu*Aristóteles – *Metafísica* (1ª parte)

TEMAS PARA RESUMO E DEBATE

1. Explique como Platão entende a relação entre as idéias; o Demiurgo e o mundo. Como entende dar-se-ia a descoberta dessa realidade oculta?
2. Indique como Aristóteles eliminou a componente mística do platonismo e solucionou o problema do acesso á permanência (substância)
3. Resuma a forma como Roma teria recebido a herança filosófica grega, em especial o platonismo
4. Resuma as teses principais do estoicismo, na versão das *Meditações*, de Marco Aurélio

Décimo sexto módulo

Filosofia

III – Preservação da perspectiva transcendente pela Escolástica e o Renascimento como fase de transição

– *Livros*Santo Agostinho – *Livre arbitrio*Galileu Galilei – *O ensaiador**Temas para Resumo e Debate*

1. Aponte as incompatibilidades entre a filosofia grega e a religião cristã e como se dá a fusão das duas tradições.
2. A questão do livre arbítrio do homem em Santo Agostinho.
3. Relações entre razão e fé em São Tomás.
4. Indique os temas apenas aflorados pelo Renascimento e que o caracterizam como fase de transição para a Época Moderna, quando os temas em questão amadurecem plenamente.

Décimo sétimo módulo

Programa de Leituras– *Guias de leituras**Filosofia*

IV – Principais linhas da filosofia moderna

– *Livros*Descartes – *Discurso sobre o método*Francis Bacon – *Novum Organum*Espinosa – *Ética*

Locke – *Ensaio sobre o entendimento humano*
 Hume – *Inquérito sobre o entendimento humano*
 Kant – *Crítica da Razão Pura*

Temas para Resumo e Debate

1. O conceito de experiência em Galileu, Bacon e Descartes na visão de Rodolfo Mondolfo.
2. Resuma os tópicos essenciais da obra de Locke *O Ensaio sobre o entendimento humano*.
3. Tópicos essenciais da obra de Hume *O Inquérito sobre o entendimento humano*.
4. A crítica de Kant à metafísica dogmática e estruturação da perspectiva transcendental.
5. Conceitue o que se poderia denominar de espiritualidade judaica e como ficam, nessa circunstância, as relações entre religião e moral. À luz do conhecimento adquirido precedentemente, acha que se poderia estabelecer alguma relação entre a meditação de Espinosa e o aparecimento da doutrina da religião natural?

Décimo oitavo módulo

Programa de Leituras

– Guias de estudo

Filosofia

V – A Filosofia Contemporânea

– Livros

O neokantismo de Cohen (na versão de Cassirer)

Henri Bergson – *As duas fontes da moral e da religião*

Jacques Maritain – *A filosofia moral*

Miguel Reale – *Experiência e cultura*

Temas para Resumo e Debate

1. Como se caracteriza a ascensão do cientificismo
2. Indique os temas através dos quais a filosofia contemporânea superou a interdição positivista
4. Sumarize as principais vertentes da filosofia contemporânea e em que se distingue umas das outras

Décimo nono módulo

Programa de Leituras

– Guias de estudo

Roteiro para situar os principais momentos da ciência moderna

– Livros

Henri Poincaré – *A ciência e a hipótese*

Leonidas Hegeberg – *Explicações científicas*

Joseph ben David – *O papel do cientista na sociedade*

Temas para Resumo e Debate

1. Caracterize a especificidade da ciência moderna e como se distingue dos outros ramos do saber.

2. Defina as componentes básicas do raciocínio matemático.
3. Descreva o processo de constituição da física moderna e, subseqüentemente, da química e da biologia, bem como a evolução desta última no sentido da bioquímica.
4. Caracterize o papel da hipótese no desenvolvimento da ciência, na visão de Poincaré.
5. Estabeleça um confronto entre ciência e cientificismo.

Vigésimo módulo

Destina-se a discutir os textos – precedentemente apresentados – destinados a situar, no contexto das humanidades, a literatura e as artes (“As obras literárias no Canon Ocidental” e Introdução ao estudo das artes”)

IV. LEITURAS PROGRAMADAS PELO CURSO DE HUMANIDADES

A relação que se segue compreende cerca de 140 livros, de aproximadamente 100 autores, abrangendo estudiosos da cultura, da moral ou da religião, filósofos e cientistas, aos quais acrescentamos as obras literárias mais importantes (cerca de 60 títulos, de aproximadamente 25 autores), sendo que esta última pode ser aprimorada, caso haja maior interesse pessoal.

São estes os títulos de que se trata:

Decálogo de Moisés e Sermão da Montanha
 Robert Nisbet – *A família patriarcal e a comunidade militar (Os filósofos Sociais)*
 Fustel de Coulanges – *A cidade antiga*
 Gustave Glotz – *A cidade grega*
 Max Weber – *O judaísmo antigo – A política como vocação – Ensaio sobre neutralidade axiológica – A ética protestante e o espírito do capitalismo*
 Isaac Newton – *As profecias de Daniel e o Apocalipse – Princípios Matemáticos*
 Heródoto – *História*
 Tucídides – *História da guerra do Peloponeso*
 Platão – *A sétima carta, Górgias, A República – Livro VII e Timeu*
 Aristóteles – *A Política – Ética a Nicômaco – Metafísica – Física*
 Cícero – *Da República*
 Lucrécio – *Da Natureza*
 Marco Aurélio – *Meditações*
 Santo Agostinho – *Confissões – Livre Arbítrio*
 São Tomás – *Suma Teológica (Noção de pessoa)*

Maimônides – *Mischné Torá* (Primeira Seção – Livro do conhecimento) e *Guia dos Perplexos* (parte dos livros primeiro e segundo)
 Lutero – Extrato das 95 teses; Catecismo maior; Sobre a ordem do culto divino na comunidade; Criação de Escolas; *De Servo Arbitrio* (parte)
 Calvino – *Instituição da Religião Cristã* (parte)
 Maquiavel – *O Príncipe*
 Galileu Galilei – *O ensaiador e Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo*
 Descartes – *Discurso do método*
 Francis Bacon – *Novum Organum*
 Hobbes – *Leviatã*
 Espinosa – *Ética*
 Locke – *Segundo tratado do governo civil – Ensaio sobre o entendimento humano*
 Anthony Ashley Cooper – *Características do homem*
 Bernard Mandeville – *A fábula das abelhas*
 Joseph Butler – *Sermões – Dissertação sobre a virtude*
 Hume – *Inquérito sobre o entendimento humano – Inquérito sobre os princípios da moral*
 Vico – *Princípios de uma ciência nova*
 Kant – *Crítica da Razão Pura – Escritos políticos – Fundamentação da metafísica dos costumes – Doutrina da virtude – A religião nos limites da simples razão*
 Rudolf Otto – *A idéia do sagrado*
 Mircea Eliade – *O sagrado e o profano*
 Jacob Burckhardt – *A civilização da Renascença italiana*
 Rodolfo Mondolfo – *Figuras e idéias da Filosofia do Renascimento*
 T. S. Ashton – *A Revolução industrial*
 Kierkegaard – *Temor e tremor – Desespero humano*
 Paul Janet – *A moral*
 Freud – *Mal estar na civilização*
 Tonybee – *Um estudo da história*
 Marc Bloch – *A sociedade feudal*
 Amorim Viana – *Defesa do racionalismo e análise da fé*
 Joseph Hoffner – *A religião do materialismo dialético*
 T. Kempis – *A imitação de Cristo*
 Hegel – *Fenomenologia do Espírito – Filosofia do Direito*
 Marx – *A ideologia alemã – Manifesto comunista*
 Heidegger – *O Ser e o Tempo*
 Sartre – *O Ser e o Nada*
 Adam Smith – *Teoria dos sentimentos morais*
 Jeremy Bentham – *Princípios da moral e da legislação*
 Henri Bergson – *As duas fontes da moral e da religião*
 Jacques Maritan – *A filosofia moral*
 Pierre Lafitte – *Moral positiva*
 William James – *As variedades da experiência religiosa*
 Dante Alighieri – *Monarquia – A divina comédia*
 Montesquieu – *O espírito das leis*
 Rousseau – *O contrato social – A origem da desigualdade*
 Edmund Burke – *Discurso aos leitores de Bristol – Reflexões sobre a Revolução em França*
 Thomas Paine – *O senso comum e a crise*
 Hamilton, Madison e Jay – *O federalista (antologia)*
 Benjamin Constant – *Princípios de política*

Guizot – *História da Civilização na Europa*
 Tocqueville – *A democracia na América – O antigo regime e a Revolução*
 Stuart Mill – *O governo representativo*
 Proudhon – *O que é a propriedade*
 Bernstein – *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social democracia*
 Kautsky – *A questão agrária*
 Lênin – *O Estado e a Revolução – Discurso sobre o engano do povo*
 John Dewey – *Democracia e educação*
 Karl Popper – *A sociedade aberta e seus inimigos*
 Ralf Dahrendorf – *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*
 Norberto Bobbio – *O futuro da Democracia*
 Raymond Aron – *Estudos políticos – O ópio dos intelectuais*
 Daniel Bell – *O fim da ideologia*
 Hannah Arendt – *O sistema totalitário*
 Artur Koestler – *O zero e o infinito*
 Miguel Reale – *Experiência e cultura*
 Sidney Hook – *A educação do homem moderno*
 Leônidas Hegenberg – *Explicações Científicas*
 Euclides – *Elementos*
 Arquimedes – *Ensaio*
 Lavoisier – *Tratado elementar de química*
 Darwin – *Origem das espécies*
 Mendel – *Investigação sobre os híbridos vegetais*
 Mendeleev – *Relação entre propriedades e pesos atômicos dos elementos*
 Poincaré – *A ciência e a hipótese*
 Linus Pauling – *The nature of Chemical Bond*
 Ésquilo – *Agamênon, As Coéfaras, As Eumênidas e Prometeu Acorrentado*
 Sófocles – *Édipo Rei, Édipo em Colônia, Antígona, Filoteto*
 Eurípedes – *Hipólito, Medeia, As Bacantes*
 Virgílio – *Eneida – As Bucólicas*
 Ovídio – *A arte de amar,*
Canção de Rolando, Poemas do Cid
 Chaucer – *Contos de Cantuária*
 Rebelais – *Gargantua*
 Montaigne – *Ensaio*
 Shakespeare – *Ricardo II, Henrique IV, Henrique V, A tempestade, Como gostais, Noite de reis, Hamlet, Otelo, Macbeth, Rei Lear*
 Cervantes – *Don Quixote*
 Milton – *O paraíso perdido*
 Swift – *As aventuras de Gulliver*
 Defoe – *Robson Crusóé, Moll Flanders*
 La Fontaine – *Fábulas*
 Victor Hugo – *Os miseráveis*
 Moliere – *O misantropo, Tartufo*
 Goethe – *Os sofrimentos do jovem Werther, Fausto*
 Stendhal – *Cartuxa de Parma – Vermelho e negro*
 Mark Twain – *As aventuras de Huckleberry Finn*
 Machado de Assis – *Memórias póstumas de Bras Cubas, Esaú e Jacó, Memorial de Aires*
 Eça de Queiroz – *A Ilustre Casa de Ramires – A cidade e as serras*
 Ernst Gombrich – *História da Arte*

ANEXO

O QUE SE DEVE ENTENDER POR FILOSOFIA – INTRODUÇÃO AO CURSO DE HUMANIDADES

Antonio Paim
Presidente do Conselho Acadêmico do
Instituto de Humanidades

Na cultura luso-brasileira, a formação humanista foi delegada ao ensino secundário. Este era talvez um resultado inevitável das reformas pombalinas, que encaminharam a Universidade no sentido estrito da formação profissional. A geração pombalina travou uma luta tremenda para introduzir a ciência moderna em Portugal e a entendeu como achando-se voltada, exclusivamente, para a aplicação. Assim, extinguiu-se o Colégio das Artes, pelo qual passavam todos os que ingressavam na Universidade. Transferiu-se ao Liceu a formação geral. Herdamos esse modelo e durante cerca de 150 anos uma parte da elite teve contato com os textos clássicos no ensino secundário. Essa tradição foi abolida de uma penada pela famigerada lei 5.692, de agosto de 1971, que extinguiu o curso clássico e inventou essa enormidade chamada primeiro e segundo graus, da qual até hoje não nos livramos.

Ao fazer essa crítica, não tenho maiores ilusões quanto à qualidade do ensino de filosofia nos antigos cursos secundários. Como deveria ocorrer em outras disciplinas, havia bons e maus professores. As notícias que temos dos primeiros sugerem que em muitos casos tinham uma compreensão adequada da natureza do saber filosófico e até despertaram vocações. Conta Djacir Menezes (1907 / 1996) que sendo moleque atrevido no Liceu Cearense, nos anos vinte, resolveu desafiar o professor de filosofia – José da

Cunha Sombra (1883/1932) –, de cujo espiritualismo desconfiava, arrolando teses materialistas hauridas em Ernest Haeckel (1834/1919), ao que retrucou o professor: “com a sua invocação de Haeckel sinto-me andando em noite escura no deserto quando, de repente, desponta o sol: Emmanuel Kant (1724/1804)”.

Do abandono da cultura humanista em nosso sistema de ensino resultou que a filosofia sobreviveu isolada na Universidade, destinando-se a servir a outros senhores. A Igreja Católica, que nunca reconheceu a autonomia da filosofia, queria reforçar o catolicismo de uma parte da elite buscando familiarizá-la com o tomismo. Legitimada deste modo a instrumentalização da filosofia, de igual modo o Partido Comunista podia fazê-lo, tarefa que se viu enormemente facilitada na medida em que também estava montado numa tradição, a positivista, à qual se vincula desde o nascedouro o marxismo caboclo.

Assim, a filosofia, em nossas plagas, transformou-se num saber esotérico e iniciático. Quem se debruçar sobre as 1.200 teses de filosofia defendidas nos cursos de pós-graduação vai sair com uma colheita pobre em termos de enriquecimento conceitual.

A proposta do Instituto de Humanidades é considerar a filosofia através das principais obras dos maiores filósofos, tomando-as em seus respectivos contextos históricos.

Conforme esse entendimento, ver-se-á que a filosofia, considerada de modo legítimo e apropriado, não está a serviço de nenhuma religião ou de qualquer política.

A filosofia como instrumento da elaboração conceitual

Se abstrairmos daqueles autores que buscaram um princípio único que desse conta da realidade, que tem mais a ver com preocupações religiosas que com a estruturação de um novo tipo de saber, a filosofia começa com Sócrates (470/399 antes de Cristo). Qual era o contexto em que vivia e que problema teórico daí decorria?

As questões que diziam respeito à vida cotidiana eram decididas, em Atenas, pelos homens (as mulheres estavam excluídas) que pertenciam às famílias detentoras do título de cidadãos. Os estrangeiros eram considerados bárbaros (como as mulheres não tinham alma) e também não eram admitidos. Assim, supõe-se que os cidadãos com direito a discutir e votar cabiam numa das praças da cidade. A experiência dessas assembléias sugeria ser insuficiente estar do lado da boa causa. Era preciso ser capaz de discursar e argumentar, a fim de conquistar a adesão dos participantes. Com o propósito de atender a essa “demanda”, como diríamos hoje, surgiram os professores, homens dotados de muito saber e por isso denominados sábios (sofisté). O termo sofista perdeu o seu significado original e tornou-se de certo modo depreciativo. No latim e nas línguas a que deu origem, sofisma é o argumento ilusório. O mais provável, entretanto, é que os sofistas fossem mestres de retórica e lógica.

Tendo saído daquele meio (os sábios, os sofistas), Sócrates descobriu que a disputa (dialética no entendimento grego) podia ser travada em torno da busca do conceito em questão. E o fez criando uma nova disciplina. Agora não se tratava apenas de produzir o sofisté mas de preparar o amante da sabedoria (filósofo).

Como se vê, o nascimento da filosofia está relacionado a problemas concretos da sociedade. Foi justamente meditando sobre estes que determinadas pessoas deram mostras de grande criatividade, razão pela qual foram distinguidas com o nome de filósofos.

Não há conhecimento direto dos ensinamentos de Sócrates senão pela mediação de seus discípulos (sendo Platão –428/347 antes de Cristo – o principal deles) e opositores (Aristófanes –c.450/c.385 entre outros). De todos os modos, o que se

depreende daquelas visões é que poderia ser identificado como o inventor da definição. Seu empenho parece ter consistido em obrigar os seus interlocutores a definir com precisão o tema de que estivesse falando. Trata-se da busca do conceito e é nisto precisamente que consiste o saber filosófico.

Tomemos um único exemplo. A questão da verdade que aparece nos diálogos de Platão, sobretudo Crátilo e Sofista. Sócrates considerou sobretudo o verdadeiro que estava contido na proposição. Assim, quando um de seus interlocutores define a verdade como o contrário da mentira, busca exemplos destinados a obrigar o contendor a prosseguir na busca.

A questão matizou-se (distinguímos verdades científicas de morais; não só o conteúdo da proposição como sua adequação à realidade, etc.) mas o procedimento filosófico continua o mesmo.

Assim, chegamos a uma primeira definição da filosofia. É um tipo de saber que diz respeito ao pensamento. E embora não compreenda apenas a lógica (arte do raciocínio), interessando-se pelo conteúdo, pode legitimamente ser definida, à maneira dos neokantianos, como “o tipo de saber que não aumenta o conhecimento científico”. Mais precisamente, a filosofia não descobre novas leis científicas nem as avalia. Nesse particular, limita-se à fixação dos procedimentos através dos quais a investigação científica chega a conhecimentos prováveis da realidade e como procede para aceitá-los ou refutá-los.

Embora, durante a Idade Média, a filosofia tenha sido colocada abertamente a serviço da religião, teve um grande desenvolvimento no tocante à elaboração conceitual, graças ao método inventado por Pedro Abelardo (1079/1142). Abelardo é mais conhecido pelo “affaire” amoroso com Heloisa, de que resultou ser castrado. A história está magnificamente retratada no filme *Em nome de Deus*. Embora centrado naquele aspecto, aparece o professor de filosofia exercitando o seu método. Consistia este em avançar uma proposição e fomentar a disputa. Esse sistema foi aperfeiçoado ao máximo e havia grandes disputationes concebidas na forma de espetáculo, com a presença dos governantes e da elite intelectual.

O teor das perguntas viria a ser ridicularizado na Época Moderna. Entretanto esse caminho permitiu chegar ao máximo rigor conceitual.

A elaboração do conceito de experiência como momento inicial da Filosofia Moderna

O procedimento escolástico tinha entretanto uma singularidade: ignorava solenemente toda forma de experiência. O procedimento aceito e reconhecido era apenas o lógico dedutivo. A indução não dispunha de qualquer prestígio a partir da premissa de que, sendo sempre incompleta, não assegurava maior validade.

Assim, seria justamente pela valorização da experiência que começa um novo período da filosofia, de que resultaria a superação da Escolástica medieval.

O fato da navegação criou uma situação nova desde que levava a conhecimentos empíricos que se contrapunham ao saber estabelecido numa esfera precisa. As viagens dos navegantes compunham panorama do globo terrestre muito distanciado da visão mediterrânea haurida na autoridade de Ptolomeu.

É bem representativo desse estado de espírito o seguinte trecho de uma obra escrita entre 1480 e os fins do século – *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, de Diogo Gomes:

“E estas coisas que aqui escrevemos, se afirmam salvando o que disse o ilustríssimo Ptolomeu, que muito boas coisas escreveu sobre a divisão do mundo, que porém falhou nesta parte. Pois escreve e divide o mundo em três partes, uma povoada

que era no meio do mundo, e a setentrional diz que não era povoada por causa do excesso de frio, e da parte equinocial do meio-dia também escreve não ser habitada por motivo do extremo calor. E tudo isto achamos ao contrário, porque o polo Ártico vimos habitado até além do prumo do pólo e a linha equinocial também habitada por pretos, onde é tanta a multidão de povos que custa acreditar... E eu digo com verdade que vi grande parte do mundo.”

Note-se que a Geografia de Ptolomeu, apenas no período considerado, mereceria seis edições em latim -- impressas em Bolonha, entre 1478 e 1490. Cláudio Ptolomeu viveu no século II e promoveu vasta compilação dos conhecimentos astronômicos dos antigos, na obra conhecida como *Almagesto* e também a mencionada *Geografia*. O prestígio desta advinha, sobretudo, do geocentrismo então considerado como uma espécie de parcela complementar do sistema aristotélico, que viria a se tornar oficial e obrigatório a partir do século XIII.

Como se vê, os navegadores suscitam a hipótese de que a verdade está do lado de quem viu grande parte do mundo. Mas em que consiste este ver grande parte do mundo?

Aqui precisamente é que se pode comprovar como a filosofia recebe influxo do processo histórico concreto mas corresponde igualmente a um tipo de saber autônomo. Aquela pergunta transformou a resultante da navegação num problema teórico que a filosofia cuidará de dar conta. Assistimos então à gênese do conceito de experiência.

A pergunta “o que é precisamente este ver grande parte do mundo? ,” foi respondida de um ponto de vista empirista (Bacon), e de um ponto de vista racionalista (Descartes), ensejando uma síntese incorporadora das duas posições (Galileu). Francis Bacon (1561/1626) buscou responder àquela indagação no *Novum Organum* (1620). Segundo seu entendimento, a questão limita-se ao estabelecimento de regras rigorosas para a efetivação de inferências partindo de uma observação particular. Supunha que o vício, sobre o qual repousa a indução incompleta, consistia em reduzir-se a uma indução por simples enumeração, isto é, limitando-se à comprovação da existência de uma qualidade numa série algo extensa de fenômenos ou objetos, na ignorância dos fatos negativos. Para torná-la efetiva, preconizava a organização das chamadas tábuas de presença, de ausência e de graus, no exercício da indução incompleta.

Ao mesmo tempo em que Bacon lança as bases do empirismo indutivo, René Descartes (1596/1650), no *Discurso do método* (1637), avança a hipótese do racionalismo dedutivo. Para que nossas afirmações sobre as coisas possam tornar-se conhecimentos certos e verdadeiros devem ser observadas estas regras: 1ª) não aceitar por verdadeiro senão aquilo que se apresenta clara e distintamente ao espírito; 2ª) dividir as dificuldades em tantas partes quantas seja possível para melhor solucioná-las; 3ª) ordenar os pensamentos dos mais simples para os mais complexos; e, 4ª) fazer enumerações completas de sorte a nada omitir.

A síntese das duas proposições aventada por Galileu (1564/1642) não significa que, as haja examinado de per si, concluindo pela possibilidade de reuni-las. Trata-se de uma investigação autônoma. Galileu entendeu que, para fazer afirmativas acerca dos fenômenos naturais, o cientista precisava tentar reconstituí-los de modo a dispor do poder de controlar o seu desenvolvimento. Assim, o seu método compreende: 1º) a observação cuidadosa (*esperienza sensata*) e, 2º) a dedução (*demonstrazione necessaria*). A primeira visa o contingente. A segunda deve determinar o necessário. O entrelaçamento entre os dois aspectos se faz mediante a reprodução, em condições artificiais, da experiência natural que se deseja examinar. A apresentação deste método encontra-se em sua obra *Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo* (1632). O estudo do nascimento do conceito de experiência no pensamento ocidental acha-se efetivado, de

modo brilhante, por Rodolfo Mondolfo (1877/1976) no livro *Figuras e idéias do Renascimento* (tradução brasileira, Mestre Jou, 1967).

Tenha-se presente que, no momento considerado, discutia-se a denominada experiência natural. Até que o pensamento ocidental admitisse a possibilidade da conceituação da experiência moral (ou cultural) iria passar muito tempo.

Outras dimensões da filosofia. O lugar especial da meditação sobre a cultura

A análise precedente focalizou o aspecto central da filosofia, o que permite designá-la como filosofia geral, ontologia ou metafísica, isto é, seu desenvolvimento no plano conceitual. Contudo, a filosofia interessou-se por aspectos determinados tanto do real como do saber. Assim, a ciência moderna segmentou-se em física, química e biologia, fronteiras que têm sido misturadas neste século. Ainda assim, tanto numa como noutra circunstância, nenhuma daquelas disciplinas se propõe estabelecer em que consistiria a ciência, considerada de forma geral e em contraponto com as outras esferas do saber. Ao formular o que passou a ser denominado de física-matemática, Isaac Newton (1642/1727) batizou-a de *Princípios matemáticos da filosofia da natureza* (1687). Na verdade, não se tratava de filosofia mas do surgimento da ciência moderna que pouco tinha a ver com a antiga. A tarefa de tratar da ciência tomada em sua generalidade incumbe a uma disciplina filosófica denominada filosofia da ciência e, mais restritamente, gnoseologia (teoria do conhecimento) ou epistemologia (teoria do conhecimento científico).

A ciência se define como um tipo de saber de validade universal. Fracassaram as tentativas soviéticas de criar uma biologia proletária.

O que permite a universalidade da ciência é a medida. Karl Popper (1902/1994) definiu os procedimentos segundo os quais se estabelece a validade das afirmações científicas. Acham-se sujeitas à refutação, isto é, não podem assumir feição dogmática.

Há correntes de filosofia que se contentam com o estabelecimento do patamar epistemológico. Sonham com a conquista da unanimidade entre os filósofos e admitem que a filosofia possa constituir-se como uma nova espécie de saber científico. É um sonho irrealizável, sem embargo de que muitos nele acreditam.

Em matéria de conteúdo, o grande desafio da filosofia é compreender a criação humana. Por criação humana devemos entender tudo quanto o homem produziu no plano do pensamento como no plano material, dimensões que aparecem sintetizadas naquilo que denominamos de cultura.

Nesse particular, a primeira evidência com que esbarramos é que não há uma cultura universal. A cultura ocidental distingue-se radicalmente da oriental e, no seio desta, parece haver diferenciações essenciais. De modo que o nosso esforço estará concentrado no empenho de compreender a cultura ocidental.

Como iremos passar em revista neste curso, a cultura ocidental apresenta algumas criações que lhe são exclusivas. Max Weber (1864/1920) avançou a hipótese de que o cerne da cultura ocidental consiste na busca da ampliação sucessiva do campo da racionalidade.

A cultura ocidental começa apenas no século X e corresponde à fusão do cristianismo com o feudalismo. Mas tem alguns antecedentes fundamentais que precisamos ter presentes, a saber: a moral judaica cristã; as criações culturais gregas e as instituições romanas.

Segundo Weber, é no judaísmo antigo que devemos buscar as razões da característica distintiva do Ocidente, isto é, a racionalidade. A hipótese de Weber centra-se na tese de que o profetismo teria aberto o caminho à responsabilidade pessoal e à busca da racionalidade das ações.

A cultura está estruturada com base em valores. O valor é aquilo a que devemos dar preferência. Devido às características de que se reveste a ciência, a questão dos valores é da esfera de competência da filosofia.

Quando dizemos que não há física nem biologia proletárias, queremos dizer que no estudo dos fenômenos físicos e biológicos abstraímos do fato de que gostemos ou deixemos de gostar deles. Não faz parte da ciência produzir avaliações valorativas. Evidentemente, as populações que são vítimas dos furacões, entre elas os próprios cientistas, detestam-nos. Mas à ciência não compete, no estudo dos furacões, ratificar a avaliação negativa que deles se faz, mas procurar explicar o seu processo com o propósito de ser capaz de prevêê-los com uma antecedência tal que possam as populações proteger-se dos seus efeitos.

Na constituição da sociologia em bases científicas, Max Weber formulou esse princípio denominando-o de neutralidade axiológica. Na escolha do fato a considerar pesam, inquestionavelmente, as preferências pessoais ou de determinada comunidade. No entendimento de Weber, dificilmente chegar-se-á a um acordo sobre aquela escolha desde que não pode ser decidida em bases científicas, isto é, válidas para todos. Por isso o procedimento científico só começa depois daquela escolha. A partir daí podem ser fixados critérios rigorosos para o seu estudo, de sorte que o caminho percorrido possa ser reconstituído por quem se disponha a examinar criticamente as conclusões.

Assim, a esfera dos valores constitui um segmento importante da filosofia. Seu estudo deu origem a uma disciplina denominada axiologia (do grego axiologos, digno de ser dito), que discute a sua objetividade (validade para todos), graus de autonomia, as possibilidades de hierarquizá-los, etc. De todos os modos, sua autêntica compreensão somente pode resultar da consideração da cultura como um todo.

No seio da cultura estruturam-se esferas muito definidas, como a religião, a moral, a política, a própria ciência e a filosofia, a literatura, as artes, o que denominamos de “cultura popular”, etc. O que permite reunir todo esse conjunto, digamos, na cultura ocidental, são os valores morais.

Na cultura ocidental o valor fonte é a pessoa humana. Na Grécia e em Roma não se chegou a essa noção -- isto é, à compreensão de que há algo de comum entre o cidadão, o bárbaro e o escravo--, mas apenas a indicações não generalizadas. Assim, a posição de Antígona, na peça de Sófocles, insinua um direito da pessoa acima do da cidade. No estoicismo fala-se de humanitas. Contudo, prevalece o primado da categoria de cidadão sobre a de pessoa. Aristóteles resume a tese nos seguintes termos: “É evidente pois que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é por sua natureza um animal político, destinado a viver em sociedade ...”(Política, livro A 9). Coube ao cristianismo colocar a humanitas como dignificante em si mesma, acima da cidadania e da nacionalidade. Agora, todos os homens são filhos de Deus.

Embora a noção de pessoa provenha do cristianismo, no processo de sua institucionalização como religião não foi considerada como um valor. O valor maior correspondia à Igreja como representante de Deus na terra. Por isto, embora todos fossem filhos de Deus e estivessem aptos a congregar-se a partir do princípio do amor do próximo, a Igreja Católica deu origem ao brutal processo de aviltamento da pessoa humana representado pela Inquisição. A pessoa só é considerada como um valor a partir do Renascimento. Mas aqui dá-se preferência à dimensão racional. Diz-se que, pela intensidade (profundidade), o conhecimento humano pode equiparar-se ao divino. Este somente o suplanta pela extensão.

Essa compreensão unilateral da pessoa humana deu origem a muitos fenômenos negativos na esfera social.

Com a sociedade industrial é que nos aproximamos de uma compreensão mais adequada da pessoa, valorizando o corpo. Esse é um fenômeno que ocorre na chamada Época Vitoriana, conforme teremos oportunidade de ver mais detidamente durante o curso .

Idéia sumária da Filosofia Moderna

Recapitulando: a Filosofia Moderna teve que dar conta da conceituação rigorosa da denominada experiência natural. O estudo concreto desta deu origem à física matemática, tomada como modelo para a constituição das demais ciências. Aparece, assim, um outro problema para a filosofia: explicar como se constitui o conhecimento científico.

Das tentativas de aplicação dos procedimentos científicos à sociedade resultou a compreensão de que esta se estrutura com base em determinados valores. Surge assim a disciplina filosófica batizada de axiologia. Mas a compreensão do valor exige a consideração global da cultura.

É aquilo que o filósofo neokantiano Wilhelm Windelband (1848/1915) procurou explicar ao dizer: “A filosofia transcendental de Kant é, nos seus resultados, a ciência dos princípios de tudo aquilo que hoje reunimos sob o nome de cultura.”

Assim, embora o núcleo fundamental da filosofia diga respeito ao pensamento, notadamente à rigorosa estruturação dos conceitos básicos (categorias), surgiu uma esfera de investigação que se tornaria objeto preferencial. Portanto, a filosofia comporta divisões internas compreendendo aquilo que se denomina apropriadamente de metafísica ou ontologia –que se desdobra na lógica; a teoria do conhecimento em geral (gnoseologia) ou do conhecimento científico em particular (epistemologia ou filosofia da ciência); a ética, que se ocupa da moral; a estética, que tem por objeto o belo (ou as artes) e a axiologia que trata dos valores considerados como um todo. Há também a meditação filosófica sobre outras importantes criações humanas, como a filosofia do direito; a filosofia da educação, a filosofia da religião, etc. Houve tempo em que existiam filosofias da natureza, mas saíram da moda na medida em que a ciência moderna abandonou as denominações iniciais vinculadas à filosofia.

A existência de filosofias nacionais

Ainda que a filosofia se proponha ser universal (na verdade, ocidental, isto é, abrangendo todo o mundo ocidental), a experiência dos últimos séculos sugere que se tem deixado marcar por tradições nacionais. Com o processo de formação das nações e a substituição do latim pelas línguas nacionais, progressivamente vai se estabelecendo uma nítida diferenciação entre as principais filosofias européias. Basta que tomemos o exemplo da Inglaterra, da França e da Alemanha.

A filosofia inglesa, no desdobramento do empirismo inicial, acabou procurando afeiçoar-se à ciência, excluindo do âmbito de sua investigação tudo quanto não pode de pronto alcançar validade para todos. A experiência moral, que é o grande tema filosófico deste século – do mesmo modo que a experiência natural nos séculos imediatamente anteriores – não faz parte de suas cogitações. Em compensação, a filosofia francesa, profundamente marcada pelo racionalismo cartesiano, tem a tendência, na constituição do saber filosófico, a admitir deduções racionais na ignorância do curso histórico real. A filosofia alemã também se distingue das duas precedentes. Insiste em encontrar o caminho da constituição de um sistema integrado, que parece impossível pela amplitude de que se reveste hoje tanto a ciência e a técnica, como os temas estritamente filosóficos. Nesse particular vale lembrar que a filosofia inglesa, desde o seu nascedouro na Época Moderna, desinteressou-se completamente da constituição de qualquer tipo de sistema. Os franceses, embora não tivessem desde logo adotado semelhante postura,

acabaram por retirar essa idéia do horizonte de suas cogitações, enquanto os alemães persistem até hoje.

De modo que se tomou plenamente legítimo falar de filosofias nacionais.

O espírito do Curso do Instituto de Humanidades

O conhecimento da filosofia em toda a sua amplitude está hoje reservado a especialistas, o que não chega a se constituir numa especificidade filosófica, mas de todo o saber. Deste modo, faz parte da preservação da cultura humanista que os países disponham de alguns centros devotados ao estudo da filosofia, e não apenas da matemática ou da física, nem o estudo destas deve circunscrever-se à aplicação. No Brasil, não se procedeu a uma seleção prévia de quais os centros de estudos filosóficos de que deveríamos dispor. De modo que se passou a fazer quase tudo em grande número de universidades. Em cerca de três décadas desde sua fundação, os cursos de pós-graduação em filosofia produziram 1.200 teses, na maioria dos casos de qualidade duvidosa. Generalizou-se a convicção de que fazer filosofia é falar empolado. Mais grave é a suposição de que deve reservar-se ao reduzido círculo que lhe possa dedicar longos anos de aprendizado. O correto seria, além de uns poucos centros devotados a questões específicas – por exemplo, o Brasil pode ter um centro de estudos da filosofia escolástica pela existência de grandes bibliotecas em instituições religiosas e ainda uma geração de prelados que sabe latim, capaz de projetar-se no exterior – que todas as pessoas que freqüentassem a universidade tivessem acesso à cultura geral, compreendendo a filosofia numa posição destacada desde que contribuiria para proporcionar unidade a esse ensinamento.

O nosso curso obedece a esse espírito. Queremos proporcionar os meios de integrar conhecimentos dispersos que todos têm acerca do processo de constituição e evolução da cultura ocidental. Damos preferência à compreensão dos valores que a explicam. Esperamos que, graças a esse procedimento, consigamos demonstrar não apenas a importância como a acessibilidade da filosofia.

Com o propósito de não tornar muito árida essa primeira aproximação, ao invés de passar diretamente à filosofia geral o Curso de Humanidades começa pelo tema A Cultura Ocidental. Ao ser ministrado, damos preferência a conjugá-la com o estudo das grandes obras políticas, isto é, procurando inseri-las em seu contexto histórico. Em muitos casos, os autores considerados são também relevantes em matéria de filosofia geral. Acreditamos que, a partir dessa abordagem inicial, aqueles que o fizerem estarão em condições de tomar contato com o conjunto das obras relacionadas à cultura geral, selecionadas pelo Instituto de Humanidades, conforme se indicou, a partir do consenso existente, relativo ao que se convencionou denominar de Cânon Ocidental.

Além do texto antes referido, faz parte desta iniciação ao Curso de Humanidades o volume intitulado O cinema a serviço da cultura, onde consta a relação de vídeos culturais, disponíveis no Brasil, instruída por uma breve caracterização de cada um dos filmes. Nossa intenção é que o acesso à cultura geral não se constitua em nenhuma maratona mas possa ser efetivado em forma de lazer. Peter Drucker entende que a formação humanista é indispensável ao executivo da sociedade de informação que está sendo constituída. Nos Estados Unidos e nos principais países europeus aquela formação está inserida no sistema de ensino, o que não ocorre entre nós. Não seria o caso de que empresários e executivos abandonassem seus afazeres para suprir aquela lacuna. Pretendemos haver encontrado uma solução para o problema. Essa premissa se aplica aos diversos profissionais possuidores de curso superior e que, em nossa Universidade, não tiveram a possibilidade de contato com cultura geral.

Os guias de estudo elaborados pelo Instituto de Humanidades compreendem não apenas os textos fundamentais da FILOSOFIA. Abrangem igualmente as principais obras

da POLÍTICA, da MORAL e da RELIGIÃO. No que se refere à CIÊNCIA, às ARTES e à LITERATURA, apresentamos maneira segura de inseri-las no contexto de que se trata. Estamos convencidos de que esse conjunto constitui instrumento eficaz para o início, em qualquer fase da vida, da fascinante viagem pelo universo da cultura ocidental. O estudo direto das obras poderá ser efetivado segundo o ritmo de cada um. Afinal de contas, a cultura geral é um processo de aprimoramento que deve ser perseguido ao longo de toda a existência.